



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

NICOLINE OLIVEIRA LEÃO

**MULHER, POLÍTICA, FAMÍLIA E ESPAÇOS DE PODER: ESTUDO A
RESPEITO DA TRAJETÓRIA DA POLÍTICA SERGIPANA, MARIA
MENDONÇA**

São Cristóvão- SE

2024

NICOLINE OLIVEIRA LEÃO

**MULHER, POLÍTICA, FAMÍLIA E ESPAÇOS DE PODER: ESTUDO A
RESPEITO DA TRAJETÓRIA DA POLÍTICA SERGIPANA, MARIA MENDONÇA**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel(a) em
Ciências Sociais na Universidade Federal
de Sergipe (UFS), Departamento de
Ciências Sociais.

Orientador (a): Prof^ª. Dra. Fernanda Rios
Petrarca

São Cristóvão- SE

2024

NICOLINE OLIVEIRA LEÃO

**MULHER, POLÍTICA, FAMÍLIA E ESPAÇOS DE PODER: ESTUDO A
RESPEITO DA TRAJETÓRIA DA POLÍTICA SERGIPANA, MARIA MENDONÇA**

Trabalho de conclusão de Curso
apresentado ao departamento de Ciências
Sociais da Universidade Federal de
Sergipe como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel(a) em
Ciências Sociais.

São Cristóvão, ____ de _____ de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Fernanda Rios Petrarca

Prof. Dr. Wilson Jose Ferreira de Oliveira

Profª. Dra. Vilma Soares de Lima Barbosa

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por estar sempre ao meu lado, possibilitando a realização de cada detalhe deste trabalho.

Agradeço à Professora Dra. Fernanda Petrarca pela orientação durante a elaboração deste trabalho de conclusão de curso. Obrigada pela disponibilidade em me orientar, pela paciência e pelos ensinamentos que levarei comigo durante toda a minha trajetória acadêmica. Ter uma mulher como orientadora foi muito significativo para mim.

Sou imensamente grata à Universidade Federal de Sergipe por oferecer um ambiente acolhedor e abrir novas perspectivas no caminho do conhecimento.

Agradeço aos meus pais, especialmente à minha mãe, pelo companheirismo constante, por me apresentar o universo da literatura, por me incentivar a ter rigor e seriedade nos estudos e por todos os esforços para que eu tivesse acesso a uma educação de qualidade.

À Dona Nayr e ao Sr. Gabriel, pelo cuidado, auxílio, carinho e inspirações, meu sincero agradecimento.

Agradeço também a Ricardo, por sempre me fazer sorrir e por me acompanhar em vários aspectos durante a minha trajetória, especialmente diante de períodos difíceis. Suas palavras de incentivo, seu carinho e compreensão nos momentos de desafio foram verdadeiramente inspiradoras.

Agradeço a minha madrinha Jozeane, aos meus irmãos, avós, tios e demais familiares que sempre estiveram comigo, torceram por mim e comemoraram cada conquista. Obrigada por sempre me lembrarem do lugar para onde voltar e aonde eu posso chegar.

Sem vocês, nada disso seria possível. Muito obrigada.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso pretende analisar a trajetória de Maria Vieira de Mendonça, uma política do Estado de Sergipe. O objetivo é aprofundar a relação entre gênero, família e política, investigando como as mulheres foram integradas à atividade política e quais as formas de participação caracterizaram a participação feminina na política. Neste trabalho será abordado um estudo de caso da trajetória política de Maria Mendonça, uma mulher, ex-deputada sergipana, que faz parte do agrupamento político Mendonça, liderado inicialmente por Chico de Miguel, e posteriormente por seus filhos e filhas. Os procedimentos metodológicos utilizados se basearam na abordagem qualitativa e histórica, combinando a análise de documentos, notícias, entrevistas e material bibliográfico e na revisão da literatura relacionada às mulheres na política. Após a etapa da pesquisa, foi possível constatar que a sub-representação feminina na política está ligada aos papéis de gênero socialmente construídos. Foi constatado, também, que só é possível compreender a participação das mulheres historicamente em Sergipe analisando suas posições dentro das parentelas, que existem muitas oportunidades, mas também existem desafios enfrentados por mulheres que entram na arena política por meio de conexões familiares e que a análise de trajetórias políticas contribui para uma compreensão mais ampla das complexidades e das experiências das mulheres na política e nos espaços de poder.

Palavras-chave: Mulher; Participação política; Família; Espaços de poder.

ABSTRACT

This Bachelor's Thesis aims to analyze the trajectory of Maria Vieira de Mendonça, a politician from the State of Sergipe. The objective is to deepen the relationship between gender, family, and politics, investigating how women have been integrated into political activity and what forms of participation have characterized female involvement in politics. This work will address a case study of Maria Mendonça's political trajectory, a woman and former deputy from Sergipe, who is part of the Mendonça political group, initially led by Chico de Miguel, and subsequently by his sons and daughters. The methodological procedures used were based on qualitative and historical approaches, combining document analysis, news articles, interviews, bibliographic material, and a review of literature related to women in politics. After the research stage, it was observed that female underrepresentation in politics is linked to socially constructed gender roles. It was also noted that while opportunities exist, challenges are faced by women entering the political arena through family connections, and that the analysis of political trajectories contributes to a broader understanding of the complexities and experiences of women in politics and positions of power.

Keywords: Woman; Political participation; Family; Positions of power.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Prefeitas com parentes políticos eleitas no estado de Sergipe em 2020	57
Tabela 2 – Votações nas últimas eleições de Maria Mendonça (2014-2022)	76

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vice-governadores com parentes	52
Figura 2 - Mulheres parlamentares e com parentesco político	53
Figura 3 - Qual foi sua principal motivação para entrar na política?	54
Figura 4- Você tem um ou mais parentes que exercem ou já exerceram cargo eletivo?	55
Figura 5 - Qual a sua relação de parentesco com esse ou esses parentes que exercem ou já exerceram cargo eletivo?.....	56
Figura 6 - Eleições 1966-2022 Para Deputado Estadual (candidatos eleitos com votos de Itabaiana).....	66
Figura 7 - Eleições 1966-2006 Para Deputado Federal (Candidatos eleitos com votos de Itabaiana).....	67
Figura 8 - Prefeitos eleitos em Itabaiana (1967-2008)	67
Figura 9 - Participação em Comissões de Maria Mendonça	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A MULHER NA POLÍTICA: participação e sub-representação, ações afirmativas, violência de gênero e capital político-familiar.....	14
1.1 Estado da Arte dos estudos sobre mulher na política	15
1.2 Participação e sub-representação de mulheres na esfera política	17
1.3 Ações afirmativas para mulheres na política	25
1.4 Violência política de gênero	29
1.5 O capital familiar como facilitador da entrada feminina na política	33
CAPÍTULO II- FAMÍLIA E POLÍTICA: CONDIÇÕES SÓCIO- HISTÓRICAS DE INTERSECÇÃO	37
2.1 Redes de base familiar: o cenário sergipano.....	40
2.2 Condições para diversificação: A participação das mulheres na política em Sergipe.....	44
CAPÍTULO III – FAMÍLIA E POLÍTICA: Eleições sergipanas.....	49
3.1 Mulheres nas últimas eleições Sergipanas: política "de base familiar"	50
CAPÍTULO IV - OS TELES DE MENDONÇA DE ITABAIANA.....	61
4.1 CHICO DE MIGUEL: Constituição do grupo Teles de Mendonça	62
4.2 MARIA MENDONÇA: Trajetória Política	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	82

INTRODUÇÃO

Apesar das numerosas transformações no papel das mulheres nas sociedades ocidentais, especialmente a partir de meados do século XX, a presença da mulher na política do Brasil é marcada pela forma como o machismo se manifesta quando mulheres ocupam posições de destaque que costumam ser preenchidas por homens. Diversos dados evidenciam a persistência dessa situação até os dias atuais, sendo influenciada por múltiplos fatores que contribuem para a baixa participação feminina na política, como leis discriminatórias e a falta de acesso das mulheres à educação, bem como práticas culturais que perpetuam estereótipos limitados sobre o gênero feminino (Costa; Varela Gonçalves, 2021).

As mulheres constituem a maioria da população, entretanto, enfrentam sub-representação em diversos setores da sociedade. Na política, em particular, são uma minoria, e a presença da voz feminina é frequentemente silenciada por manifestações de machismo e preconceito, independentemente de suas posições políticas ou viés ideológico (Oliveira, 2015). A ausência dessa representação feminina tem impactos diretos nas decisões políticas da sociedade, resultando em uma série de consequências. É crucial que as mulheres ocupem espaços de poder para que possam advogar em nome das mulheres, participando na formulação de políticas públicas que abordem suas necessidades. A busca por essa representatividade é fundamental.

Com efeito, os obstáculos e complicações associados à integração das mulheres na esfera política são evidentes e refletem de maneira clara as manifestações da desigualdade de gênero (Miguel; Biroli, 2013). A atribuição primordial das tarefas relacionadas à vida doméstica e ao cuidado persiste, nesse cenário, direcionada às mulheres. No entanto, é importante ressaltar que essas funções assumem significados distintos e apresentam desafios (bem como oportunidades) consideravelmente variados para mulheres pertencentes a diferentes estratos sociais (Tronto, 2013).

Neste trabalho de conclusão de curso, procura-se entender: Como a trajetória política da ex-deputada sergipana Maria Mendonça ilustra as oportunidades e desafios enfrentados por mulheres na busca por espaços de poder na arena política? A presente pesquisa analisa os fatores que influenciaram sua entrada na política e o impacto de sua atuação no contexto político regional, com o objetivo de compreender as dinâmicas de gênero, poder e participação política feminina na sociedade contemporânea.

Diante dessas questões, as abordagens deste texto, que analisam a presença da mulher na polis, enfocam: a) As barreiras culturais – forjadas pelo sistema patriarcal; b) desigualdade de gênero na política - se manifesta em diferentes níveis e está presente tanto na falta de representação de mulheres em cargos eletivos quanto nas dificuldades enfrentadas por elas para se candidatarem e exercerem plenamente seu papel político; c) a relação entre família e política - o acesso das mulheres à política muitas vezes é mediado por relações familiares e laços de parentesco, e a participação feminina está subordinada aos interesses e estratégias das famílias políticas e suas redes de relações.

A justificativa para a condução do presente trabalho se dá mediante a importância do estudo de trajetórias políticas de figuras femininas, uma vez que proporciona insights valiosos sobre as conveniências e desafios enfrentados pelas mulheres que almejam influenciar a esfera política e como essas figuras utilizam os espaços de poder para implementar mudanças culturais ou manter o status quo.

Nesta parte, parece interessante citar que Bourdieu (2015) propõe categorias úteis para analisar trajetórias individuais, como o capital social. O capital social refere-se aos recursos vinculados a uma rede de relações institucionalizadas, cujo volume depende da extensão da rede e do capital dos indivíduos conectados. Dessa forma, o estabelecimento de redes de relações é crucial na consolidação de trajetórias políticas, destacando, assim, a importância do capital social.

Estudar as características da participação feminina na política é crucial para lançar luz sobre o processo de entrada na política e tomada de decisão das mulheres que buscam posições de liderança. Além disso, examinar como Maria Mendonça utilizou seu cargo e influência na política pode revelar como as mulheres podem efetivamente moldar as políticas públicas, bem como sua habilidade em promover mudanças culturais em um ambiente tradicionalmente dominado por homens.

O caso da ex-deputada sergipana Maria Mendonça é particularmente intrigante e as motivações pessoais e políticas (como manter o agrupamento Mendonça no poder) que levaram a ex-deputada Maria Mendonça a ingressar na política e ocupar um assento na Assembleia Legislativa de Sergipe e na prefeitura da cidade de Itabaiana-SE são reveladoras para a compreensão das complexidades, nuances diferentes, oportunidades e os desafios enfrentados por mulheres que entram na arena política por meio de conexões familiares. Isto, uma vez que Maria foi escolhida pelo pai, Chico de Miguel, para representar o agrupamento político do qual faz parte, construiu uma trajetória consolidada no cenário político, com projetos que beneficiam a educação, saúde e as mulheres, e alega

nunca ter sofrido discriminação por gênero durante os anos de atuação, mas admite que o fato de pertencer a um clã político facilitou muito sua entrada e permanência no mundo da política.

Isto posto, para desvendar a complexa história da participação política das mulheres em Sergipe, é necessário examinar suas posições dentro das parentelas (inicialmente nos bastidores), compreendendo-as como categorias sociais que moldam suas trajetórias ao longo do tempo. Através desta lente analítica, podemos traçar um quadro mais preciso e realista das relações de poder, das normas culturais internas e as oportunidades econômicas e sociais que moldaram as suas experiências e contribuições para a sociedade.

Os objetivos específicos desta pesquisa são: analisar como as mulheres são integradas à atividade política e como acessam aos espaços de poder; investigar as formas de participação política que caracterizaram a presença feminina nos agrupamentos políticos de base familiar em Sergipe; analisar a trajetória política da ex-deputada Maria Mendonça, destacando como se deu sua ascensão ao poder e analisando sua atuação na política sergipana.

A metodologia utilizada neste projeto traz uma abordagem qualitativa e histórica, combinando a análise de documentos, notícias, entrevistas, material bibliográfico e na revisão da literatura. Foram realizadas pesquisas em fontes primárias e secundárias, como os links de referência fornecidos, para coletar informações relevantes sobre o percurso político da ex-deputada sergipana aqui estudada e sobre o Estado de Sergipe. Em um primeiro momento, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca do tema mulher na política, para possibilitar uma discussão sobre o estado da arte dos estudos sobre a participação feminina na política. A metodologia deste trabalho foi pensada para relacionar as contribuições teóricas que sustentam a pesquisa e os dados coletados na fase empírica.

Por conseguinte, a revisão da bibliografia foi feita ao relacionar os conceitos propostos pelos autores, bem como suas observações sobre o que entendem por gênero e política, temáticas da presente pesquisa. Questões sobre participação e sub-representação feminina na política, violência política de gênero e relação entre família e política foram discutidas, apontando os direcionamentos tomados pelos autores utilizados e como estas questões se refletem nas realidades estudadas neste trabalho.

Em seguida, foi realizado o levantamento dos dados utilizados nesta pesquisa e a análise, de caráter qualitativo, na qual busquei investigar como os discursos utilizados no trabalho refletem suas visões acerca do cenário no qual estão inseridos.

Após a conclusão da análise dos dados, o texto final foi organizado em quatro capítulos. No primeiro, de ordem teórica, utilizando estudos contemporâneos, por meio de um estudo do tipo estado da arte, utilizei da literatura disponível sobre o tema e busquei evidenciar a relação entre mulher e política e as questões que cabem ao tema, como: Participação e sub-representação feminina na política, ações afirmativas para mulheres na política e violência de gênero na política e a relação entre gênero, família e política. Foram explorados temas relacionados às estratégias femininas na arena política, evidenciando que a representação política ainda é influenciada pela estrutura social que se origina no ambiente familiar, onde o papel da mulher ainda é delineado de acordo com bases tradicionais de divisão de tarefas.

Na sequência, apresento o segundo capítulo, com recortes mais detalhados e empíricos a respeito da inserção em redes de base familiar ser um fator facilitador da entrada e permanência feminina na política, evidenciando como a relação entre família e política acontece em Sergipe.

No terceiro capítulo, trato das questões eleitorais relativas ao tema, expondo dados e considerações sobre as mulheres que concorrem a cargos eletivos e suas relações político-familiares.

No quarto capítulo, abordo as trajetórias dos membros mais importantes do agrupamento Mendonça (Maria Mendonça e Chico de Miguel), a fim de evidenciar sua relação com o clientelismo, parentelas (redes de base familiar) e herança política familiar.

Nas considerações finais, serão apresentadas revisões das discussões iniciadas no primeiro, segundo, terceiro e quarto capítulo, das observações sobre mulher e política, bem como conclusões acerca da trajetória de Maria Mendonça, de como a participação feminina na política se dá de forma variada e de como a participação eleitoral feminina pode ser utilizada para ampliar o poder das parentelas. Por fim, serão citadas sugestões para futuras pesquisas.

CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A MULHER NA POLÍTICA: participação e sub-representação, ações afirmativas, violência de gênero e capital político-familiar

As problemáticas que se destacam no estudo das mulheres na política, enquanto tema de pesquisa, são de cunho interdisciplinar e dizem respeito a áreas temáticas das ciências sociais aplicadas e ciências humanas. Para iniciar uma discussão sobre a participação e sub-representação de mulheres na esfera política, ações afirmativas para mulheres na política, violência política de gênero, e sobre o capital familiar como facilitador da entrada feminina na política, no âmbito das Ciências Sociais, é essencial delinear a trajetória desses estudos.

Para fornecer uma visão mais abrangente dos tópicos abordados nesta revisão, é importante examinar as discussões atuais sobre a mulher na política e as interseções que envolvem este campo de estudo. Para organizar essas ideias, o primeiro capítulo deste trabalho está dividido em cinco subtítulos.

No primeiro subtítulo apresento o estado da arte dos estudos sobre as mulheres na política. Para delinear o percurso de tais estudos, examinarei discussões mais atuais, que problematizam questões como os dilemas entre gênero e política face aos obstáculos que as mulheres enfrentam nos espaços políticos.

No segundo subtópico, procurarei me aprofundar na participação e sub-representação de mulheres na esfera política: como a ausência e a marginalização se apresentam atualmente. Nesse contexto, buscarei evidenciar quais os principais desafios enfrentados por figuras femininas no campo político.

Já no terceiro subtópico, me dedicarei às ações afirmativas para mulheres na política, visando analisar sua efetividade: progressos e limitações na oferta eleitoral dessas políticas que visam promover a representação feminina nos órgãos legislativos e executivos.

No quarto subtítulo, buscarei tratar da Violência política de gênero: silenciamento, censura, aparência, assédio, violência e homicídios. São várias as formas em que a violência de gênero na política se manifestam e pode ser perpetrada por oponentes políticos, colegas de trabalho, entre os membros do partido, eleitorado ou até mesmo por pessoas próximas, e pode ocorrer tanto virtualmente quanto presencialmente.

Por fim, o quinto subtópico visa tecer considerações acerca capital familiar como facilitador da entrada e permanência da mulher na política. Um tema ainda pouco

abordado, mas que, na política, o capital familiar pode desempenhar um papel expressivo na entrada e permanência das mulheres nesse meio, pois pode oferecer recursos financeiros e sociais.

1.1 Estado da Arte dos estudos sobre mulher na política

A maioria dos estudos sobre gênero e política destaca as complexidades associadas ao uso da categoria "mulheres", uma vez que pode insinuar a existência de um grupo homogêneo, sugerindo que todas as mulheres compartilham as mesmas necessidades e perspectivas no cenário político.

Nessa perspectiva, Lloren (2013) enfatiza a importância de reconhecer as contribuições positivas da inclusão das mulheres nos partidos e na política em geral, considerando o gênero como um recurso político que impulsiona a cidadania feminina. Portanto, é crucial destacar que, quando se fala nas mulheres vinculadas a partidos políticos, se fala de uma diversidade de perfis e uma ampla gama de interesses, demandas e perspectivas.

Shabbach (2020), a partir dos micro dados da Pesquisa Nacional Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado, analisa as representações sociais de mulheres e homens como elementos simbólicos que perpetuam as desigualdades de gênero. O objetivo do artigo é conhecer a difusão geral dessas representações e comparar as opiniões femininas e masculinas, destacando suas semelhanças e diferenças (Shabbach, 2020).

Para alcançar esse propósito, a autora examinou o survey nacional conduzido pela Fundação Perseu Abramo e pelo Serviço Social do Comércio (Sesc) em agosto de 2010. O levantamento abordou uma variedade de tópicos, incluindo a percepção de ser mulher, machismo e feminismo; a divisão sexual do trabalho e do tempo livre; corpo, mídia e sexualidade; saúde reprodutiva e aborto; violência doméstica; democracia, mulher e política (Shabbach, 2020).

Ao longo do artigo, a autora explora o conceito de gênero, traçando um histórico do surgimento desse termo e incorporando as contribuições da historiadora norte-americana Joan Wallach Scott. Scott advoga por uma perspectiva relacional, enfatizando

que os sujeitos são constituídos de maneira recíproca, não de forma isolada, baseando-se nas ideias de Foucault¹, considerado descentralizado e variável (Shabbach, 2020).

A escolha da autora de examinar separadamente os espaços público e privado é justificada pela sua percepção da diferenciação entre eles, reconhecendo que as desigualdades entre mulheres e homens são reproduzidas dentro de dinâmicas e processos peculiares em cada um desses espaços (Shabbach, 2020).

Diante do exposto, é relevante ressaltar as seguintes conclusões apresentadas no artigo, no que se refere ao espaço público:

“A constituição de gênero é relacional, ou seja, mulheres e homens constroem-se de forma recíproca, assim também as suas representações coletivas ou sociais; ausência de distinções expressivas entre as opiniões de mulheres e homens sobre as questões concernentes ao espaço público e a participação da mulher na política institucional.” (Shabbach, 2020, p. 343).

No que se refere ao âmbito privado, as conclusões do artigo enfatizam:

“A alta proporção de pessoas que concordam com o uso de agressões físicas, ainda que eventualmente, para a educação de crianças; mais da metade dos entrevistados concorda com a assertiva de que, na presença de filhos pequenos, a mulher deve permanecer em casa enquanto o homem trabalha fora; os entrevistados entendem que as mulheres é que devem decidir sobre como realizar o trabalho doméstico e que consideram que o sustento da família deve ser responsabilidade masculina. Diferentemente das respostas do primeiro grupo (espaço público), nesse conjunto houve maior discrepância entre as opiniões femininas e masculinas” (Shabbach, 2020, p. 343-344).

De acordo com Araújo (2012), a dicotomia entre público e privado foi, portanto, aspecto que teve e tem vários impactos sobre as mulheres. Para que alguns pudessem ser livres e exercer a igualdade no trabalho e na política, outros necessitavam preservar esse lugar particular que sustentava o refazer do cotidiano -lugar, porém, que concede um contrato, implícito, de sujeição de um sexo ao outro, mesmo que tal afirmação seja contraditória, já que o contrato exige aquiescência de mais de uma parte apta a contratar ou definir.

Sendo assim, o fica claro que o gênero exerce influência nas oportunidades de participação política e na construção de carreiras políticas, uma vez que a divisão sexual do trabalho, tanto dentro quanto fora de casa, constitui a base de muitas das limitações enfrentadas pelas mulheres, que carecem de acesso a recursos materiais e simbólicos para

¹ Na questão do privado versus público: o biopoder em ação, destaca-se a divisão biopolítica entre o direito de votar e o direito de ser eleita, conforme demonstrado nos estudos de Michel Foucault (2008). Essa divisão reflete o embate histórico enfrentado pelas mulheres entre a esfera pública e a privada. Assim, mesmo com a consolidação dos direitos políticos, votar tornou-se possível, porém ser eleita permanece um desafio efetivo devido ao histórico processo de silenciamento da voz feminina, que ainda influencia o exercício desse direito na atualidade.

uma participação equitativa na política e em outras esferas da vida. A socialização, que inicia ou fomenta o desenvolvimento de preferências e ambições relacionadas à atuação na esfera pública e política, o acesso a tempo livre e a construção de carreiras afetam mulheres e homens de maneiras distintas. Isso representa apenas parte da complexa narrativa, não todas as histórias, mas as histórias diferentes, pode-se dizer que são pontos fora da curva.

1.2 Participação e sub-representação de mulheres na esfera política

Na sociedade patriarcal, as mulheres foram excluídas da vida pública e confinadas ao espaço doméstico, limitando-as à responsabilidade de cuidar da casa e da família. Essa restrição foi justificada pela crença de que a natureza feminina é incompatível com as atividades políticas.

Em geral, as mulheres enfrentam diversos desafios ao decidirem participar de campanhas eleitorais, incluindo falta de oportunidades e capacitação para adquirir capital político, dificuldades estruturais, e expectativas de adotar características masculinas para serem respeitadas. Esses desafios estão ligados aos papéis de gênero socialmente construídos, que afetam tanto a esfera pública quanto a privada.

Inicialmente, é fundamental esclarecer o conceito de política. Dessa forma, Rancière (2018) define a política como o espaço onde são discutidas e determinadas práticas e normas em favor do interesse coletivo, ou seja, “as assembleias onde se discute e se legisla, as esferas do Estado onde se tomam as decisões, as jurisdições supremas que averiguam a conformidade das deliberações e das decisões às leis fundadoras da comunidade” (Rancière, 2018, p. 07).

A respeito da participação e sub-representação de mulheres na política, os artigos de Schulz e Moritz (2015), Pinto (2017), Almeida (2018), Pinto e Silveira (2018) e Souza (2018) estudam e expõem a trajetória política de mulheres que desempenharam papéis proeminentes na política e ocuparam cargos de poder. Estes estudos se propõem a analisar as condições do exercício desses mandatos por essas mulheres em uma estrutura sexista e patriarcal.

O artigo de Schulz e Moritz (2015) analisa comparativamente as candidaturas vitoriosas de mulheres e homens para o cargo de deputado estadual no Rio Grande do Sul em 2010. O estudo parte da pergunta: Existem diferenças significativas entre as

candidaturas femininas e masculinas que saem vitoriosas das urnas? Para responder a essa pergunta, as pesquisadoras consideraram três variáveis importantes para explicar o sucesso eleitoral: recursos políticos, recursos sociais e recursos econômicos (Schulz; Moritz, 2015).

O trabalho destaca que a sub-representação política das mulheres advém de múltiplas causas e que a abordagem institucionalista não é suficiente para sua compreensão. É necessário incorporar outras variáveis, tais como recrutamento partidário, financiamento de campanha, rede de apoio, trajetória política e fatores de ordem sócio-demográfica (Schulz; Moritz, 2015).

As pesquisadoras concluem que as candidaturas vitoriosas não apresentam distinções significativas em função do gênero. Além disso, as candidatas vitoriosas à deputação estadual possuem capital político que aproxima sua carreira das carreiras masculinas e que a pouca renovação no cenário legislativo estadual representa um marco significativo tanto para os homens quanto para as mulheres dentro do grupo de 55 parlamentares avaliados.

As pesquisas indicaram que essas mulheres enfrentaram e continuam enfrentando desafios, seja no espaço parlamentar ou dentro de seus próprios partidos. Os desafios descritos estão relacionados à falta de apoio para suas candidaturas, ou seja, muitas mulheres são procuradas apenas para preencher cotas e não recebem o respaldo necessário dos partidos. Outra observação é que, uma vez eleitas, elas enfrentam o descrédito, a falta de confiança e o déficit de reconhecimento. Além disso, é evidente a presença de elementos patriarcais na cultura política, influenciando nos papéis das mulheres na sociedade e no acesso delas a cargos eletivos e à vida pública. Outro desafio observado é a falta de apoio familiar e, por fim, obstáculos relacionados à maternidade para a vida pública (Schulz; Moritz, 2015).

Segundo outro trabalho, o caráter patriarcal das instituições políticas, os padrões culturais e os processos de socialização que moldam o cenário político como predominantemente masculino, juntamente com as restrições estruturais à participação política das mulheres - como a disponibilidade limitada de recursos financeiros e tempo livre - representam algumas das interpretações sobre a exclusão política feminina (Miguel; Biroli, 2013).

Percebe-se, também, que, por não dispor de legislação específica que as classificasse como cidadãos, as constituições foram interpretadas à luz de regras e costumes que excluía as mulheres da participação política. Essas desigualdades foram

denunciadas pelos movimentos feministas sufragistas e por intelectuais, lutando não só pelo direito do voto, mas também pela instrução incipiente e pela falta de leis para ampliar a educação superior e abrir áreas profissionais que eram restritas aos homens. Essas lutas culminaram no direito de votar e serem votadas e em políticas afirmativas para as mulheres na política (Álvares, 2014).

Araújo (2016) procurou analisar a relação entre a participação política das mulheres e duas dimensões consideradas relevantes para compreender essa representação. A primeira dimensão aborda os valores e atitudes em relação aos aspectos políticos, institucionais e de gênero em contextos mais amplos. A segunda dimensão trata das opiniões e práticas em relação à participação política, ao envolvimento ou à inserção em ações de políticas públicas, interesses comunitários ou política institucional.

A pesquisa foi conduzida por meio da análise das pesquisas do Latinobarômetro, que abrangem os anos de 1995 a 2015, e dados auxiliares referentes ao ano de 2014 do World Values Survey. Os resultados mais relevantes indicam que a divisão sexual de espaços e a esfera da família tendem a ser obstáculos para a participação das mulheres na política. Além disso, há uma descrença e desconfiança na política como um todo. Sugere-se a implementação de ações afirmativas para estimular a participação das mulheres nesse contexto (Araújo, 2016).

A divisão sexual do trabalho estabelece barreiras de difícil superação, uma vez que, em muitas famílias, as mulheres continuam sendo principalmente responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado dos filhos, resultando em menos tempo disponível para a participação política. As teorias políticas feministas destacam a importância da divisão sexual do trabalho na análise da democracia, especialmente na esfera da representação política (Araújo, 2016).

A divisão sexual do trabalho doméstico acarreta em menor acesso das mulheres ao tempo livre e à renda, influenciando suas oportunidades de participação e representação política². As práticas e valores que sustentam essa divisão, enraizados em concepções convencionais do feminino e do masculino, não apenas afetam o acesso das

² Adicionalmente, a dedicação da mulher na esfera privada proporcionou ao homem avançar para posições de poder e autoridade, que são mais prestigiosas. Isso também lhe concedeu uma disposição maior para assumir responsabilidades profissionais e buscar trabalho remunerado. Como resultado, ao separar claramente os papéis entre o público e o privado, as oportunidades para homens e mulheres se tornam desiguais, contribuindo para hierarquizar as relações de poder. No entanto, “a democracia requer relações igualitárias em todas as esferas da vida, inclusive familiar” Biroli e Miguel (2014, p. 36).

mulheres a cargos políticos, mas também moldam suas atuações legislativas após superarem barreiras para serem eleitas (Araújo, 2016).

Assim, a ausência e marginalização das mulheres na política não são apenas resultado dos limites estruturais da democracia liberal e do funcionamento seletivo de suas instituições, mas também estão intrinsecamente ligadas à divisão sexual do trabalho. Enquanto, em geral, a carga desigual produzida por essa divisão não representa um problema para os homens, para as mulheres, o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos impactam diretamente em suas rotinas diárias e oportunidades.

Speck (2018), por sua vez, a partir da verificação da participação das mulheres na política, testou a hipótese de que a eleição de uma prefeita pode aumentar o número de mulheres disputando a próxima eleição para prefeita no mesmo município. O artigo é baseado no conceito de efeito contágio utilizado pelos autores Matland e Studlar (1996)³. A metodologia utilizada na pesquisa foi quantitativa, por meio de regressões logísticas.

Os resultados mostram que o efeito contágio é mais forte onde a prefeita eleita no passado não disputa a sua reeleição. Ou seja, nos municípios em que houve a eleição de uma prefeita, a probabilidade de ter candidatas pela primeira vez na próxima eleição é 1,8 vezes maior em comparação com a última disputa eleitoral.

Oliveira (2015), aponta que as pesquisas acadêmicas têm se voltado para a situação das mulheres nas democracias atuais, buscando entender as relações entre direitos civis e estruturas sociais. A pesquisa tem como objetivo investigar se a recente mudança na cultura política na América Latina, caracterizada pelo reforço do apoio à democracia, está associada a atitudes mais igualitárias em relação à participação feminina na política. Utilizando-se de dados do WVS e LAPOP, observou uma tendência de atitudes mais igualitárias entre os latino-americanos, especialmente no âmbito político. Para Oliveira:

“A presença feminina nos postos de tomadas de decisões, além de objetivar a garantia da qualidade das democracias, também, se posiciona como uma tentativa de romper com barreiras sociais e estruturais construídas ao longo da história da humanidade. Não se trata apenas de eleger representantes de um grupo minoritário, mas também, de abrir espaços nos quais vozes que estão às margens da estrutura social possam ser ouvidas.” (Oliveira, 2015, p. 14)

³ Ver: MATLAND, R. E.; DONLEY, T. The Contagion of Women Candidates in Single-Member District and Proportional Representation Electoral Systems: Canada and Norway. Em: Faculty & Staff Scholarship. 1996.

Os dados utilizados na pesquisa indicam uma cultura política mais alinhada com valores democráticos. A pesquisa explora a relação entre os valores de uma cultura política democrática e as percepções e atitudes dos cidadãos em relação ao envolvimento das mulheres na política. (Oliveira, 2015)

As autoras Pinto e Silveira empreenderam um estudo da trajetória de "um conjunto de deputadas de carreiras políticas longevas, no período de 64 anos, eleitas três ou mais vezes para os legislativos estaduais e federal, e pelo menos uma vez para o federal" (Pinto, Silveira, 2018, p. 179). O objetivo central foi compreender por que essas mulheres são exceções e quais são os limites para a existência de uma carreira parlamentar bem-sucedida. Nesse sentido, as autoras partem da constatação de que, nesse universo predominantemente masculino, um pequeno grupo de mulheres alcança o sucesso eleitoral, possibilitando uma carreira política duradoura (Pinto; Silveira, 2018).

Dentre os principais resultados apresentados, destacam-se a baixa presença das mulheres na política brasileira; as mulheres que obtiveram sucesso na arena política possuem níveis educacionais acima da média brasileira; aquelas que seguiram carreiras duradouras já eram figuras notáveis na vida pública antes de sua eleição como deputadas, adotando trajetórias tradicionais; a influência da militância no movimento estudantil e sindical como fatores impulsionadores do início de suas carreiras políticas. No universo das 62 mulheres bem-sucedidas na vida política, apenas duas tinham envolvimento direto com o movimento feminista, sugerindo a possível existência de preconceito dentro dos partidos políticos.

Finalmente, o artigo conclui que as mulheres que mantiveram candidaturas de longo prazo conseguiram transcender o espaço privado e se tornaram líderes em um espaço público, entendido como predominantemente masculino. "Elas venceram porque lutaram na arena masculina com as armas e os valores de liderança desse espaço. Não há, entre essas mulheres, um único exemplo de militância que tenha rompido com essa escrita" (Pinto; Silveira, 2018, p. 198 e 199).

A respeito das mulheres afiliadas a partidos, Barros (2015) destaca que estas desempenham diversas funções em relação às legendas, incluindo a potencialização e dinamização do relacionamento dos partidos com o eleitorado feminino. Elas atuam como elo comunicativo entre as mulheres e as respectivas agremiações.

Conforme indicado por Almeida (2015), os partidos mais inclinados à esquerda demonstram uma maior igualdade de gênero. Adicionalmente, as mulheres de orientação política à esquerda frequentemente exibem perfis políticos distintos, pois têm uma

tendência a ser menos restritas pelos paradigmas tradicionais. Elas são mais propensas a desafiar os padrões convencionais associados ao papel de mulher, esposa e mãe. Essas mulheres estão envolvidas em movimentos estudantis e sindicatos, que são ambientes propícios para o desenvolvimento de lideranças partidárias (Pinto, 2018).

Nos partidos de orientação política central e direita, é evidente um padrão de progressão mais rápido nas carreiras políticas. Esse fenômeno é atribuído à adoção de atalhos, como o aproveitamento do capital político acumulado por outros indivíduos, muitas vezes compartilhado por meio de relações de parentesco, resultando na conquista de cargos de maneira precoce (Resende; Epitácio, 2017)

Sobre as barreiras que dificultam o exercício do mandato de mulheres, os autores demonstram que as lógicas de exclusão, após as eleições, conduzem as mulheres a áreas temáticas menos prestigiadas, frequentemente relegadas a guetos ou nichos pouco disputados pelos homens. Essas áreas incluem educação, família, saúde, seguridade social, meio ambiente e direitos humanos. Esse cenário resulta em uma agenda política socialmente relevante, porém com uma presença limitada em termos de formação de capital eleitoral (Santano; Bertolini; Radomski, 2015).

Ademais, para falar em mulher na política brasileira, é de extrema importância citar o caso de Dilma Rousseff, a primeira e única mulher eleita e reeleita presidente do Brasil.

Dilma Rousseff, sem experiência eleitoral, em 2010, tornou-se pré-candidata à Presidência. Sua campanha utilizou a simbologia do “ser mulher” e o tema da “maternagem” para se conectar com os eleitores. Essa estratégia foi mantida na reeleição de 2014. O PT empregou uma tática eficaz de transferência de votos de Lula para Dilma, associando suas imagens ao longo da campanha. Esse “apadrinhamento” consolidou o capital político de Rousseff, legitimando sua atuação política e ampliando sua base eleitoral. Assim, a vitória de Dilma não foi percebida apenas como um triunfo feminino, mas, em grande parte, como a continuação das conquistas do lulismo.

Em 2016, o governo de Dilma Rousseff foi interrompido, com a ascensão de seu vice, Michel Temer (Araújo, 2018). Esse episódio representou um novo momento para as mulheres na política brasileira, que deixaram de estar em destaque como protagonistas, pois a saída de uma mulher com voz ativa no campo político deu lugar ao retorno do silenciamento simbólico do feminino (Rubim e Argolo, 2018).

Albuquerque (2017) investiga as motivações por trás das escolhas de voto, explorando se o machismo presente na sociedade interfere nas decisões em relação a

candidaturas femininas. Adotando uma perspectiva antropológica, a pesquisa foi conduzida em Campina Grande-PB durante o período eleitoral de 2016, entrevistando 16 eleitores e se concentrando nos significados simbólicos, valores e práticas dos eleitores para compreender por que a sub-representação feminina na política persiste, apesar de campanhas de incentivo, uma maioria feminina no eleitorado, a Lei de Cotas e um número significativo de mulheres candidatas.

Os resultados indicam que a sub-representação feminina está vinculada à cultura da sociedade, com resquícios de machismo e patriarcalismo influenciando as percepções e decisões dos eleitores. Estereótipos estes, que limitam a competição igualitária entre mulheres e homens nos espaços de poder. (Albuquerque, 2017)

Num contexto de abordagem institucional, Batista (2019) focaliza as características do sistema eleitoral brasileiro relacionadas à sub-representação de mulheres. Explora estudos comparados sobre políticas afirmativas, como cotas, e analisa fatores específicos ligados ao perfil político-partidário que contribuem para a sub-representação feminina. Tem como objetivo identificar o perfil político-partidário das deputadas federais eleitas em 2014 na 55ª Legislatura e compreender suas implicações na representação das mulheres na política. O embasamento teórico abrange temas democráticos, destacando a desigualdade de gênero e a divisão sexual do trabalho como fatores influentes na baixa representação feminina na esfera política. Além disso, explora o sistema eleitoral brasileiro, suas regras formais e incentivos para promover a igualdade de gênero na política.

A pesquisa de Oliveira (2021), por sua vez, propõe uma análise multidimensional, considerando a interação de fatores socioeconômicos, político-institucionais e culturais na baixa representação parlamentar feminina na América Latina. Ao utilizar um modelo de dados agregados para cada dimensão, os resultados indicam que, na região, países com contextos sociais mais desfavoráveis às mulheres, políticas de cotas mais robustas e uma cultura política mais democrática apresentam taxas mais altas de representação parlamentar feminina. Destaca-se o papel intermediário da cultura política, evidenciando que, em contextos de desigualdade de gênero, a demanda por ação institucional aumenta, condicionada ao entendimento de que a sub-representação das mulheres é prejudicial e antidemocrática. A pesquisa também explora as atitudes individuais em relação à igualdade política entre os gêneros, destaca um efeito de desejabilidade social entre os mais jovens e um impacto mais significativo da percepção da desigualdade nos homens em comparação com as mulheres.

De forma assertiva, Pereira, Souza e Oliveira (2021) abordam a representação feminina na política municipal, concentrando-se nas eleições de 2012 e 2016 para as Câmaras Municipais. Além de identificar a sub-representação de mulheres em cargos representativos, a pesquisa avaliou se existem diferenças na eleição de mulheres no poder local em relação a duas variáveis: a magnitude dos distritos (variável institucional) e a ideologia partidária (variável política). Para tanto, o artigo baseou-se em estudos sobre a relação entre a eleição de candidatos e as disparidades entre estados e regiões do país. Esses estudos indicam que, devido à fragmentação partidária, a atuação dos partidos e a competição eleitoral variam entre os estados e regiões do Brasil. Portanto, a pesquisa sugere que o sistema federativo brasileiro influencia os padrões de recrutamento de candidaturas femininas e a eleição de mulheres, que podem se diferenciar entre os estados e municípios componentes da federação (Pereira; Souza; Oliveira, 2021)

Landim (2020) realiza um diagnóstico da participação e representação das mulheres, com uma análise objetiva do acórdão no Respe 193-92 do Tribunal Superior Eleitoral, que tratou do caso líder e emblemático sobre candidaturas fictícias, identificando diversas irregularidades e deficiências na efetivação desse direito no contexto de gênero. Com ênfase nas eleições de 2016 e 2018, a pesquisa revela mais violações e "acomodações" do que garantias no exercício desses direitos pelas mulheres dentro das estruturas dos partidos políticos.

A análise de Bittencourt (2021) revisa como a literatura de Ciência Política explora o efeito dos sistemas eleitorais sobre a eleição de mulheres para parlamentos nacionais, identificando hipóteses, explicações e conclusões. Ao examinar vinte manuscritos, incluindo artigos científicos e capítulos de livros, publicados entre 1981 e 2020, os resultados revelam falta de consenso sobre o melhor sistema eleitoral para aumentar a representação feminina, destacando cinco categorias de mecanismos explicativos: I. colocação na lista partidária; II. recrutamento de mulheres; III. heterogeneidade causal e processo longitudinal; IV. comportamento individualista do eleitorado; e, V. regime político. A autora propõe, por fim, uma nova organização do debate com base na variável antecedente do tipo de regime político, o que permite comparar múltiplos regimes políticos com sistemas eleitorais.

Oliveira (2013), também observa que há uma sub-representação das mulheres na esfera política do Brasil, destacando a importância de visibilizar aquelas que conseguiram ingressar e se manter nesse cenário. Torna-se, assim, essencial aprofundar a discussão sobre essa temática.

Em decorrência dos fatos citados anteriormente, é importante citar que Françoise Vergès (2020) alerta que os direitos das mulheres, quando esvaziados de sua dimensão total, tornam-se um trunfo nas mãos dos poderosos. Tal afirmação permite a compreensão da dinâmica entre agência e estrutura (classe social, religião, gênero, etnia, costumes, etc), e o não contentamento das mulheres com as migalhas de poder que as posicionam como personagens secundários, como "o não legítimo" ou como "protagonistas marginalizadas" de suas próprias histórias.

1.3 Ações afirmativas para mulheres na política

Conforme Araújo (2016), a implementação de políticas de ações afirmativas para mulheres na política pode desempenhar um papel crucial ao afirmar a ideia de que a presença feminina nas instituições é benéfica para fortalecer as democracias e incentivar a participação das mulheres nesse cenário. Além disso, as cotas refletiram um consenso generalizado acerca da inadequação da democracia liberal em assegurar uma representação equitativa de todos os grupos sociais, legitimando abordagens alternativas para o acesso ao poder institucional. Atualmente, o debate acerca das cotas para mulheres na política está evoluindo da defesa da reserva de candidaturas, como observado no Brasil, para a promoção da reserva de assentos no parlamento.

Meireles e Andrade (2017) realizaram um estudo para testar a hipótese de que o número de cadeiras em disputa tem efeito causal sobre a representação de mulheres nas câmaras municipais brasileiras. A metodologia utilizada foi a regressão descontínua (RD), para identificar os efeitos causais.

Os resultados mostram que o aumento de uma cadeira de vereador tem impacto considerável sobre a representação de mulheres. Uma cadeira adicional causa, em média, um aumento de cerca de 0,45 no número de vereadoras eleitas (metade do que os municípios analisados elegem em média, que é de 1,16). Verificou-se também que a probabilidade de um município com uma cadeira a mais eleger pelo menos uma mulher vereadora aumenta em cerca de 20 pontos percentuais (Meireles; Andrade, 2017).

Os autores explicam esse aumento de mulheres pelo fato de que, com o aumento da magnitude eleitoral, mais homens se candidatam, havendo maior dispersão nos votos que eles recebem. Com isso, o desempenho eleitoral médio dos homens é pior e mais mulheres se elegem. Portanto, embora esses efeitos sejam pequenos de forma absoluta,

eles são substantivos. Ou seja, uma pequena mudança institucional pode contribuir significativamente para reduzir a sub-representação de mulheres nas câmaras municipais (Meireles; Andrade,2017).

Oliveira (2015) reflete sobre a efetividade das ações afirmativas de gênero para uma maior participação das mulheres na esfera política, abordando principalmente a Lei de Cotas. O autor percebe que essas ações, como a lei de cotas e a reserva feminina nos recursos do fundo partidário, não foram eficientes para aumentar a participação das mulheres na política brasileira.

Machado (2014) examinou as cotas eleitorais como uma política pública, analisando as leis brasileiras, literatura e dados oficiais sobre a participação de mulheres em cargos de poder, especialmente no legislativo brasileiro. Explorou o direito à igualdade e os mecanismos para garantir isso, com ênfase em ações afirmativas, considerando a legitimidade dessas ações para proteger os direitos de minorias, especialmente mulheres em cargos de poder. O artigo destacou os mecanismos de implementação da política e possíveis formas de reduzir a desigualdade de gênero na política brasileira, juntamente com os resultados da participação das mulheres nas eleições desde a implementação das cotas afirmativas e leva a conclusão de que, apesar dos avanços para promover a igualdade de gênero no Brasil, ainda há muito a ser alcançado, especialmente na participação das mulheres na política.

Souza (2020) investiga as cotas eleitorais e os fatores que afetam seu sucesso, focando especialmente no papel dos partidos políticos brasileiros. O trabalho mostra que representação feminina no Parlamento brasileiro é significativamente baixa, com apenas 15% de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados, em contraste com os 52% de eleitoras, o que coloca o país nas últimas posições em comparação com outros países, especialmente na América Latina. O estudo explora a eficácia das cotas, sua tipologia e evolução no contexto brasileiro. Além disso, examina fatores relacionados à legislação eleitoral que influenciam o sucesso das cotas. O papel dos partidos políticos é analisado em profundidade, desde o recrutamento de candidatas até o apoio financeiro às campanhas. O resultado da pesquisa conclui que os partidos não desempenham adequadamente seu papel de incentivar candidaturas femininas e de cumprir a legislação destinada a aumentar a representação das mulheres no Parlamento. (Souza, 2020)

Com o propósito de descrever o recente caso de litígio estratégico que resultou na transformação jurídica ocorrida no Brasil em relação à obrigatoriedade de financiamento de campanhas políticas de mulheres na mesma proporção das candidaturas, Campos

(2019) conduziu uma pesquisa para analisar as questões do julgamento da ADI 5617 pelo Supremo Tribunal Federal, ocorrido em março de 2018. Esse julgamento determinou o investimento mínimo de 30% dos recursos dos partidos em campanhas de candidatas.

Segundo Campos (2019) essa ação foi proposta como reação à Minirreforma Eleitoral de 2015, que, sob a justificativa retórica de transformar o quadro de sub-representação feminina na política, estabelecia parâmetros mínimo e máximo para o financiamento de campanha de mulheres, em claro prejuízo delas. Essa ação foi decidida pelo julgamento da ADI 5617 pelo STF e posteriormente aprovada pelo TSE por meio da Resolução nº 23.553/2018. No entanto, para que a candidata usufrísse da verba de 30% dos recursos, ela deveria encaminhar um pedido formal ao partido, requisitando o acesso ao recurso.

Percebeu-se que os recursos disponibilizados pelos partidos foram muito baixos, quase simbólicos, e que algumas candidatas não tiveram acesso a quaisquer recursos. Uma prática muito comum relatada por algumas candidatas foi a avaliação por parte do partido de qual candidata teria mais capital político, e as candidaturas escolhidas recebiam maior acesso à parte dos 30% de verbas e mais tempo de televisão, enquanto as demais recebiam pouco ou nenhum investimento. Ou seja, os dados da pesquisa demonstraram que permanece o cenário de desigualdade e concentração de recursos, não favorecendo o aumento da participação das mulheres na política mesmo com a implementação de ações afirmativas (Campos, 2019).

Galvão (2021), por sua vez, faz um estudo baseado na legislatura paraibana, onde apenas 5 dos 36 assentos apareciam ocupados por mulheres e visa avaliar a representação política feminina na Paraíba. Galvão alude que a sub-representação das mulheres no Legislativo brasileiro é um fenômeno evidente, apesar da existência da Lei n. 9.504/97, conhecida como "lei de cotas na política", que estabelece uma porcentagem mínima de 30% de candidaturas para cada sexo, mas que é interpretada como um mínimo para candidatas mulheres. Isso está ligado à questão da representatividade feminista, essencial para garantir os direitos conquistados nas instâncias legislativas com baixa presença de mulheres.

Integrantes de grupos políticos tradicionais usam esposas, filhas e mães para cumprir cotas, principalmente para manter o poder por meio de sucessões. Em contrapartida, nos novos grupos políticos, a atuação é mais militante, defendendo ações opostas às dos grupos tradicionais, que relegam a mulher a um papel secundário na política, perpetuando a sub-representação feminina (Galvão, 2021).

Wylie, Santos e Marcelino (2019) exploraram as causas e consequências das candidaturas a deputado que recebem nenhum ou muito poucos votos, também chamadas de “candidaturas laranjas”, que em sua maioria são de candidatas mulheres, no contexto político brasileiro. Os autores também tentaram verificar como a lei sobre cotas de gênero no Brasil está associada ao aumento do número de candidatas laranjas.

Foram apresentadas estatísticas descritivas e um modelo logístico hierárquico que explora as características individuais, partidárias e distritais entre candidaturas não viáveis, com o objetivo de avaliar como as candidaturas ditas laranjas são distintas das não laranjas. Verificou-se que mulheres possuem 3,4 vezes mais chances de serem classificadas como candidatas laranjas do que homens. Além disso, a probabilidade de as mulheres serem candidatas laranjas para partidos de esquerda é de 0,26, já para partidos que não são de esquerda é de 0,32. Como conclusão, percebeu-se que o fenômeno de candidaturas laranjas é marcante nas eleições brasileiras, com característica de gênero, e seu uso foi intensificado com as ações afirmativas de cotas (Wylie; Santos; Marcelino, 2019).

Um outro estudo, que tem como objetivo investigar a participação das mulheres na esfera política-eleitoral, com foco principal no estado de Mato Grosso, analisa a proporção de candidaturas e eleições femininas para os cargos de deputada estadual e deputada federal de 1994 a 2010 no estado e em outras unidades federativas, permitindo comparações entre seus respectivos índices. Além disso, avaliou a aplicação e eficácia da política de cotas eleitorais no Brasil. O trabalho apresenta estatísticas descritivas dos percentuais de mulheres candidatas e eleitas em cada estado no período, além de correlações com variáveis sociais e ideológicas. Os resultados indicam uma profunda e generalizada desigualdade de gênero na política, não apenas em Mato Grosso, mas em todo o país. Os índices de mulheres na disputa eleitoral são consistentemente baixos, e a representação feminina eleita é ainda mais deficitária. Observa-se também um comprometimento insuficiente dos partidos com o cumprimento das cotas e o lançamento de candidaturas competitivas, embora haja uma melhora notável no ano de 2010 (Campos, 2013).

A partir de uma pesquisa histórica, Álvares (2014) buscou examinar a formação do eleitorado brasileiro nas constituições e nas leis eleitorais, observando as formas de exclusão e inclusão às quais foram submetidas as mulheres brasileiras, quais estratégias elas usaram para transpor a discriminação contida nas leis e suas conquistas de cidadania

política. O artigo de revisão traça um panorama sobre o formato do eleitorado e das candidaturas no Brasil desde as primeiras constituições até os dias atuais.

Embora as cotas tenham gerado alguns progressos, ficou evidente que apresentavam limitações, pois concentraram-se no desafio da oferta eleitoral, revelando-se insuficientes para abordar de forma eficaz a questão da sub-representação feminina na política (Spohr, 2016).

Portanto, percebe-se que, mesmo em um regime democrático, a representação das mulheres na política ainda está muito incipiente, mesmo com as leis que buscam a equidade de gênero nesse espaço. Deste modo, em uma sociedade patriarcal e misógina, as mulheres não são incentivadas a buscar cargos públicos. As cotas, por si só, não são suficientes para despertar o interesse delas na política. Enquanto isso, os homens têm mais recursos financeiros e tempo disponível para se dedicar à vida política, devido à estrutura social existente.

Apesar da política de cotas poder reduzir um dos obstáculos que impedem as mulheres de avançar na esfera pública, ela não resolve todos os problemas. Desafiar a visão patriarcal que silencia as mulheres, debater a divisão desigual do trabalho doméstico e enfrentar a disparidade salarial são questões fundamentais para construir uma democracia mais justa e igualitária.

1.4 Violência política de gênero

Para Lamartine e Henriques (2021), A violência política de gênero revela a inadequação das ações afirmativas existentes para assegurar plenamente os direitos políticos das mulheres. A análise se concentra em comentários de leitores nas páginas do Facebook dos jornais Público e Folha de S. Paulo, direcionados a Dilma Rousseff e Marisa Matias, categorizando-os em Cultura Machista e Desqualificante. O artigo procura investigar como Brasil e Portugal têm abordado legalmente a questão da violência política de gênero.

Sobre a violência de gênero e a tomada de espaço político pelas mulheres, o que alguns vêm como uma “intromissão”, de acordo com Lamartine e Henriques (2021, p.94, apud Albaine, 2017), “ desta aparente intromissão decorre um ambiente hostil permeado de violência, materializando-se a denominada violência política de gênero, que pode ser vista como mais uma expressão da própria violência de gênero, cujo intuito é apagar e

restringir os direitos políticos das mulheres, sendo o gênero o único princípio dessa violência. ”

A violência política de gênero assume várias formas, incluindo silenciamento, censura de decisões e aparência física, assédio, violência e até mesmo homicídios. Esta forma de violência, juntamente com outros fatores como a socialização limitada das mulheres na política, discriminação dentro dos partidos e a desigual divisão sexual do trabalho, contribui para a sub-representação feminina na política. Esse cenário é um reflexo da construção social patriarcal, onde o silenciamento é um precursor significativo da violência, impactando tanto o psicológico quanto o físico. A compreensão de como a violência política de gênero se manifesta é crucial para denunciar práticas visíveis e invisíveis, e este será o foco da análise subsequente (Lamartine; Henriques, 2021).

Como elucidam Lamartine e Henriques (2021, p. 98, apud Lauris e Hashizume 2020, p. 8), são “quatro formas distintas de atividade pela qual a violência política se concretiza. Inicialmente, manifesta-se a partir de atos físicos, simbólicos ou de intencional desestabilização psicológica. Em segundo lugar, realiza-se por ações coletivas ou individuais, mas de maneira isolada, difusa ou organizada. Depois, há a inserção de uma maior demonstração de força física e de intimidação emocional ou psicológica. Por fim, apresenta os danos causados pelos adversários diretos, sejam pessoas físicas ou jurídicas. ”

A violência política de gênero é uma forma específica de violência dirigida exclusivamente contra mulheres devido ao seu gênero. Identificar essa violência pode ser desafiador, pois quando o gênero é o principal fator, ela está tão profundamente enraizada na sociedade que se torna naturalizada. A obstrução do direito político das mulheres, seja por meio de agressões psicológicas, sexuais ou físicas, é denominada violência política de gênero. É importante esclarecer que a violência de gênero não se limita a ataques a um gênero específico, mas é motivada por expectativas sobre o papel que a vítima deveria desempenhar na sociedade. No caso da violência contra as mulheres, muitas vezes reflete a crença de que elas devem permanecer em uma posição de submissão (Lamartine; Henriques, 2021).

Souto e Sampaio (2021) buscam destacar de forma concisa como o histórico silenciamento das vozes femininas em espaços públicos contribui significativamente para a marcante sub-representação das mulheres na política.

Os autores trazem, no desenvolver do texto, exemplos que demonstram a crescente da denominada violência política de gênero e sobre essa violência, que baseada no gênero da vítima se destinam a causar dano a uma mulher ou a várias mulheres:

“A lesividade dessa conduta é tanto quanto as demais formas de violência de gênero (violência doméstica, psicológica, patrimonial e feminicídio), pois além da vítima compromete o futuro de milhares de mulheres que sem a adequada representação na arena política continuam a mercê do domínio masculino.” (Souto; Sampaio, 2021, p. 21)

O artigo de Souto e Souto (2021) propõe uma reflexão sobre o processo decolonial em países não europeus e suas implicações na vida das mulheres. A persistência desse processo na contemporaneidade contribui para a sub-representação feminina na política, especialmente quando considerada sob uma perspectiva interseccional. A pesquisa revela que a colonialidade continua a perpetuar a opressão feminina, mesmo em novas formas.

O artigo de Bertolin e Alvez (2023), por sua vez, aborda a violência política de gênero e as fake news. Analisa as dimensões direta, estrutural e cultural do termo violência, com foco na sua incidência no cenário político em relação às mulheres e examina a Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021, que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher. Por fim, investigam a ocorrência da violência política contra a mulher no ambiente digital, com ênfase na desinformação e fake news, destacando os danos ao processo eleitoral e, por consequência, à Democracia.

Roehe e Campos (2022), ao fazerem comparações da participação política das mulheres e a violência política de gênero entre Brasil e Bolívia, trazem que o Brasil enfrenta baixas taxas de representação feminina, enquanto a Bolívia alcançou um equilíbrio. No entanto, ambos os países enfrentam desafios significativos em relação à violência política de gênero, apesar de mudanças legais. Para as autoras, a violência política de gênero apresenta nuances diversas, sugerindo que punições severas a partidos, líderes e parlamentares que praticam violência, juntamente com alterações na legislação eleitoral para promover a alternância de gênero, são essenciais. Investir em medidas de prevenção e educação política de gênero também é crucial.

No texto "Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política", Flávia Biroli (2018) destaca que a categoria de gênero desempenhou um papel significativo na representação simbólica da presidente Dilma Rousseff, sendo evidente tanto nas críticas da oposição quanto nas defesas. O sexismo, machismo e misoginia foram elementos marcantes e prejudiciais durante a campanha de impeachment. Apesar disso, a presidente desafiou esses estereótipos e se apresentou como uma figura que não

se encaixava nos padrões das instituições tradicionais da sociedade brasileira, incluindo a imprensa. Tanto em seu comportamento quanto em sua aparência, Dilma Rousseff contrariou a representação convencional da mulher no imaginário social. A estratégia de desconstrução e deslegitimação visava identificá-la como "um erro, uma disfunção" (Biroli, 2018).

A pesquisa de Pinho (2020) explora as denúncias feitas por parlamentares mulheres sobre abusos no Congresso Nacional, enquadrando-se na tipologia de violência política de gênero. O texto tem como foco compreender o papel desempenhado pelo Conselho de Ética e Decoro da Câmara dos Deputados em relação a representações abertas devido a essas denúncias.

A metodologia incluiu o levantamento da participação feminina no referido Conselho e a análise das medidas adotadas em resposta às denúncias. A análise exploratória busca responder a questões como: como os membros do Conselho de Ética encaminham denúncias contra seus colegas? As mulheres, sendo uma minoria no Parlamento Brasileiro, têm seus direitos respeitados e suas denúncias tratadas adequadamente?

Diante disto, é relevante ressaltar as seguintes palavras apresentadas no artigo, no que se refere a presença feminina na política e violência de gênero:

“A ausência de mulheres em espaços de tomada de decisão contribui para a ideia de que a política não é um lugar destinado à participação feminina, elemento que, combinado a expressões de violência política que menosprezam as mulheres que possuem atuação política, perfaz um quadro que desincentiva outras mulheres a construir uma carreira política.” (Pinho, 2020, p. 8)

A segunda questão é analisada à luz do conceito de violência política de gênero, discutido em uma sessão dedicada a essa temática. A violência contra mulheres na política não apenas impacta diretamente as vítimas, mas também desempenha o papel de excluí-las da esfera política e restringir sua atuação. Além disso, envia uma mensagem às demais mulheres, indicando que a esfera pública não é o lugar delas e que enfrentarão sanções se persistirem em buscar esse espaço:

“De acordo com o conceito trabalhado nesse artigo, a violência política de gênero consiste em comportamentos que têm como alvo específico as mulheres que atuam politicamente, em sua condição de mulheres, e visa fazer com que estas abandonem a política ou sejam deslegitimadas aos olhos do público.” (Pinho, 2020, p. 10)

Portanto, para a autora, entender como a Câmara dos Deputados, um dos mais altos espaços eletivos proporcionais do Brasil, trata essa forma de violência é crucial para compreender os vários limites impostos às mulheres na política (Pinho, 2020).

A pesquisa argumenta que, devido à quase ausência total de mulheres nas decisões do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, tais decisões podem ser consideradas injustas e pouco democráticas. A autora sugere a consideração de medidas suplementares para controlar a ação daqueles que detêm autoridade sobre as mulheres, promovendo assim uma abordagem mais justa e democrática (Pinho, 2020). Afinal, a violência de gênero está presente no cotidiano e na vivência da maior parte das mulheres, o que desperta nelas uma sensibilidade diferenciada para perceber a relevância do tema.

1.5 O capital familiar como facilitador da entrada feminina na política

O capital familiar, é definido por Miguel, Marques e Machado (2015) como uma forma de capital político derivada das relações de parentesco, que pode levar ao sucesso na política simplesmente por fazer parte de uma família com tradição nesse campo. Isso implica que o simples fato de carregar um sobrenome prestigioso no âmbito político pode gerar capital eleitoral, conferindo uma considerável vantagem sobre aqueles que não têm familiares ocupando cargos de liderança política. Pesquisas empíricas indicam que as mulheres são as principais beneficiárias desse capital, especialmente em partidos tradicionais, conservadores e de direita. Este tipo de capital tende a ser mais concentrado em regiões menos desenvolvidas, com baixos índices de desenvolvimento socioeconômico e eleitores menos escolarizados. O capital familiar alimenta práticas políticas clientelistas e contribui para a formação de clãs políticos, nos quais os membros são incentivados ou até mesmo coagidos a ocupar os espaços deixados por membros mais velhos ou influentes.

De acordo com os autores, de qualquer maneira, essa origem familiar é uma característica presente em grande parte da elite política brasileira. Geralmente se opera com quatro crenças sobre o fenômeno, conforme observado no Brasil: 1) O capital familiar é fundamental para a entrada das mulheres na política, mas tem menos importância para os homens; 2) O capital familiar é mais evidente nas trajetórias de políticos ligados aos partidos tradicionais ou de direita do que nos ligados aos partidos de esquerda; 3) O capital familiar tem uma influência mais significativa nas regiões

economicamente menos desenvolvidas (Norte, Nordeste e Centro-Oeste); 4) A predominância do capital familiar é considerada um sinal de "atraso" político, sugerindo que tende a diminuir com o amadurecimento da democracia no país.

Em conclusão, a respeito do capital familiar e a entrada feminina na política, fica perceptível, a partir de análises de dados apresentadas pelos autores, que “o capital familiar se mostra crucial para o ingresso das mulheres na política, mas está longe de ser pouco importante para os homens” (Miguel; Marques; Machado, 2015, p. 738).

O estudo de caso apresentado por Teixeira e Mota Santos (2020) expõe a trajetória de vida e atuação política de Maria Regina Braga, a única vereadora mulher na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais e destaca suas dificuldades ao longo de cinco mandatos e suas aspirações futuras. O caso propõe uma análise da situação das mulheres na política, enfatizando desafios e perspectivas. Nascida em 1964, Regina compartilha a influência política de seus pais, que lideraram iniciativas no Distrito de Engenheiro Correia. Mesmo com o apoio financeiro do pai para estudar Medicina, Regina optou por Administração na PUC de Minas Gerais. Seu envolvimento político foi influenciado pela atuação familiar nos bastidores.

De acordo com as autoras, Regina destaca a importância, segundo seus pais, de ter um representante oficial do Distrito na política municipal. Eles tentaram lançar a campanha política do irmão de Regina e de um funcionário na comunidade, mas sem sucesso, atribuindo isso à falta de habilidade política, apesar de ambos serem populares. Para Regina, ter o dom da política significa dedicar-se, envolver-se e atender às necessidades das pessoas (Teixeira; Mota Santos, 2020).

A política, segundo Regina, exige dedicação intensa, impactando sua vida pessoal. Comparando-a a um casamento, ela destaca a constante dedicação e o desequilíbrio entre vida pessoal e política. Adotando dois filhos durante um relacionamento, Regina enfrentou desafios ao criar os meninos sozinha, apesar de contar com uma rede de apoio. Sua orientação sexual, homossexualidade, não foi fonte direta de preconceito, mas ela acredita que possa ter perdido votos por esse motivo. Regina reconhece o desafio adicional de ser homossexual e mulher na política, especialmente em uma cidade tradicional como Ouro Preto (Teixeira; Mota Santos, 2020).

O ensaio de Silva (2020), por sua vez, analisa a atuação política da família Leite no sertão paraibano, mais especificamente na cidade de Desterro - PB, investigando sua influência na política local e sua rede clientelar e familiar entre os anos de 1977 e 1989. O objetivo é examinar os arranjos políticos e familiares engendrados pelo grupo familiar

Leite, visando conquistar cargos eletivos e públicos, mantendo-se à frente do Poder Executivo e do Legislativo municipal por aproximadamente três décadas no século XX, totalizando seis mandatos ininterruptos. Silva (2020) analisa as práticas políticas do clientelismo e do familismo como instrumentos de poder e na construção da rede de influência da família Leite na cidade de Desterro.

No que tange a participação feminina na política local, especialmente em Desterro, poucas mulheres ingressaram no campo dominado pelo gênero masculino durante o período de 1977 a 1989.

Nas eleições municipais de 1976 em Desterro, apenas uma mulher concorreu ao cargo de vereadora, mas não foi eleita, ficando como suplente. Já em 1988, três desterrenses, pelo Partido Liberal (PL), disputaram uma vaga na Câmara de Vereadores: Alaíde Ângelo de Lima, Otacília Oliveira Guimarães e Paula Oliveira Leite, consideradas precursoras para outras mulheres na cidade ingressarem na política. Maria Estela Leite, embora não eleita, foi ativa na cidade como professora, contribuindo para a educação e eventos sociais. Otacília, fundadora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, representou os trabalhadores rurais, enquanto Alaíde Ângelo, da elite intelectual, não obteve sucesso (Silva, 2020). Sobre os perfis dessas mulheres, segundo a autora:

“O perfil social das candidatas mencionado acima nos leva a perceber que apenas uma não circulava nos círculos da alta sociedade desterrense e o parentesco (Maria Estela Leite e Paula Leite) e a aliança com o grupo ligado ao poder local (Alaíde Ângelo).” (Silva, 2020, p. 148)

Destaca-se que Paula Oliveira Leite foi eleita em 1988, sendo a primeira mulher na Câmara de Desterro, associada ao sobrenome Leite e apoiada pela administração local. Paula focou nas necessidades de saúde em Cacimbas, onde residia, estabelecendo contatos com o prefeito João Leite. Sua estratégia de campanha, apesar de histórica, refletiu as práticas já estabelecidas, com o pertencimento ao grupo Leite proporcionando segurança e ausência de preconceito ou desrespeito devido ao seu gênero (Silva, 2020).

Costa (2017) busca compreender a inserção das mulheres na política, considerando o histórico de papéis sociais diferenciados. Dessa forma, analisa a Assembleia Legislativa da Paraíba, que é estruturada em 36 cadeiras, e possuía uma representação feminina composta por apenas três nomes. A autora buscou entender como essas mulheres se inseriram na política, quais as vias de acesso por elas utilizadas: os nomes de família (grupos oligárquicos) ou a participação em movimentos sociais, e desse modo, analisar a construção de seus mandatos e de suas proposituras, considerando se

elas têm como base sua condição de gênero ou não. A categoria de gênero e a compreensão da delimitação de papéis sociais distintos para homens e para mulheres, se fazem presentes nesse trabalho. A análise de agendas políticas, o acompanhamento de sessões parlamentares que contaram com a presença dessas mulheres, bem como a realização de entrevistas com as três deputadas e o percurso feito pelas mulheres ao longo da história social e política do país, finalizam os meios utilizados para estruturar a pesquisa.

Nobre (2017) discute a influência persistente da herança familiar na política brasileira, destacando a simbiose entre cultura do favor, marketing político e poder econômico, refletindo limites na democracia contemporânea. O texto sugere que essa condição está aprofundada em raízes coloniais patrimonialistas, evidenciando um processo inconclusivo de modernização burguesa. A autora destaca a abrangência da influência familiar em diversas esferas do poder político no Brasil, concluindo que a democracia brasileira enfrenta fragilidades agravadas pelo novo ciclo neoliberal e perspectivas de perdas de direitos sociais.

Sobre a presença do capital familiar político na trajetória de mulheres, após trazer alguns casos, a autora destaca que seria necessária a investigação da trajetória pessoal de cada caso e que isso não elimina o impacto de tantas mulheres com parentesco na política seguirem a carreira de seus cônjuges e parentes, mas não pode ser tomado como regra geral (Nobre, 2017).

CAPÍTULO II- FAMÍLIA E POLÍTICA: CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DE INTERSECÇÃO

Para analisar a relação entre família e política, este capítulo se baseia nas seguintes obras do Laboratório de Estudos do Poder e da Política⁴: Petrarca & Oliveira (2024, 2023, 2017); Petrarca (2017, 2019); teses de Bomfim (2024) e Santos (2020).

Neste viés, levando em conta que a sociologia utiliza diversas perspectivas teóricas e metodológicas para explorar e compreender a relação entre família e política em sua complexidade, a influência significativa do sistema familiar na base da estrutura política aparece como um elemento essencial para análise.

Neste sentido, no artigo “ O poder das famílias na política: das parentelas às redes de base familiar” de Petrarca e Oliveira (2024), os autores citam estudos de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Linda Lewin, que auxiliaram no direcionamento do presente trabalho. Estes estudos não só melhoram a compreensão histórica e sociológica do Brasil, mas também lançam luz sobre as raízes mais profundas das estruturas de poder e das relações sociais que ainda estão enraizadas na sociedade brasileira contemporânea.

Considerando que a compreensão da formação da nação brasileira é fornecida por estudos clássicos como "Casa-grande e senzala" de Gilberto Freyre (2003). Nesta obra, Freyre enfatizou a natureza patriarcal da família brasileira. Gilberto Freyre argumenta que a família é o centro da colonização no Brasil, permeando a formação social brasileira e seus subsequentes desdobramentos, controlando uma variedade de fatores sociais, políticos e econômicos (incluindo formas de mando político como o oligarquismo ou nepotismo). Portanto, em sua compreensão, as estruturas familiares e os costumes são elementos que não apenas formaram a identidade nacional, mas também estabeleceram relações de poder:

“A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase que reina sem governar. Os senados de Câmara,

⁴ O Laboratório de Estudos do Poder e da Política foi fundado em 2007. Atualmente é formado pelos professores Fernanda Rios Petrarca e Wilson José Ferreira de Oliveira e por estudantes (graduação, mestrado e doutorado) da área de Ciências Sociais. Está vinculado ao Departamento de Ciências Sociais (DCS) e aos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e em Antropologia (PPGA). Disponível em: <https://leppufs.wordpress.com/2020/05/09/quem-somos/>

expressões desse familismo político, cedo limitam o poder dos reis e mais tarde o próprio imperialismo ou, antes, parasitismo econômico, que procura estender do reino às colônias os seus tentáculos absorventes.” (Freyre, 2003, p. 81)

Sérgio Buarque de Holanda (1995) em "Raízes do Brasil", também enfatizou a importância do patriarca no projeto colonial, observando como a família patriarcal objetivava a formação de “parentes”, permitindo a interferência da família no Estado.

“O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. Representando, como já se notou acima, o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a idéia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família.” (Holanda, 1995, p. 82)

Utiliza-se aqui, ainda, as contribuições de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976). Para a socióloga é necessário pesquisar as relações de dominação política partindo dos municípios, onde "o fenômeno político é mais violento e colore todos os outros aspectos da vida em grupo" (Queiroz, 1976, p.30). A autora estrutura sua investigação da dominação política em torno da categoria "parentela" que envolve formas de sociabilidade, conduta e solidariedade personalizadas em um núcleo amplo e espacialmente disperso de indivíduos unidos por laços de parentesco de sangue, espiritual (compadrio) ou de alianças (uniões matrimoniais), além de relações econômicas e políticas, junto com rivalidades e conflitos (Queiroz, 1976).

Outra categoria que se faz importante para o entendimento das relações sociopolíticas, é a do coronel. Em “O coronelismo numa interpretação sociológica”, Maria Izaura Pereira de Queiroz (1975) cita um estudo de Jean Blondel, realizado entre 1950 e 1960, sobre a estrutura coronelista vigente no estado da Paraíba. Blondel definiu o coronel pelo poder político, que se mede pela quantidade de votos de que um chefe dispõe no período das eleições. Queiroz (1975) defende que a estrutura coronelística pode ter origem nos grupos de parentela. Para a autora, parentela é um grupo de parentesco de sangue formado por várias famílias nucleares e algumas famílias grandes, que vivem cada qual em sua moradia e são, em regra geral, economicamente independentes, mas possuem uma solidariedade interna que garante a lealdade dos membros para com os chefes.

O chefe da parentela é um líder político que tem poder sobre os eleitores devido à sua riqueza e capacidade de fazer favores (Queiroz, 1975). O posto de coronel não é

hereditário, mas pode ser alcançado por meio de qualidades pessoais, fortuna, instrução ou casamento:

“Pode-se dizer, pois, que o mando político do coronel era resultante de sua posição econômica, em primeiro lugar, que dava ao indivíduo a possibilidade de exercício do poder colocando-o em situação de fazer favores; a existência de parentela era condição importante de apoio para a conservação do poder dentro do conjunto de parentes; mas entre os parentes, o chefe, por excelência era aquele que apresentasse as qualidades indispensáveis: o grande coronel era sempre um *primus inter pares*” (Queiroz, 1975, p. 178).

Ademais, em estudos como os de Petrarca e Oliveira (2017, 2024), que examinam as condições, processos e lógicas que moldam os grupos dirigentes, a análise política permite compreender como as redes são formadas e favorecem o desenvolvimento de líderes políticos. Nesse sentido, o conceito de “rede de base familiar”, proposto por Queiroz (1976) e Lewin (1993) surge como uma categoria apropriada para pesquisa. Ao transcender a fase da “parentela”, esta abordagem mostra o desenvolvimento da dinâmica social relacional ao longo do tempo, fornecendo luz para a análise do contexto histórico sergipano (Santos, 2020).

Nesta senda, Fernanda Petrarca (2017, 2022) argumenta que é crucial examinar as alianças políticas e a influência dos laços familiares na formação de lideranças. Para a referida autora, focar apenas nos sobrenomes pode obscurecer a importância das alianças, com base na teoria dos “parentes + afins”. Estas alianças entre parentes e afins garantem o poder dos partidos políticos e a garantia da perpetuação dos grupos familiares, que dependem de alianças com pessoas não diretamente relacionadas (Petrarca, 2017, 2022):

“Tanto a liderança política como a formação dos espaços profissionais, por exemplo, emergem do “jogo entre parentelas”, em que predominavam as associações entre relações familiares amplas (filhos, sobrinhos, afilhados, cunhados, sogros) e afinidades (amizade política)” (Petrarca; Oliveira, 2022, p. 18).

Conforme vislumbrado, fica claro que o estudo das interações complexas entre família, política, gênero e profissões é fundamental para entender a dinâmica do poder em diferentes contextos sociais e políticos. A análise das alianças e conexões familiares ajuda a desvendar os mecanismos subjacentes que moldam o cenário político em Sergipe e a participação feminina nesses espaços de poder. Nesse caso é possível compreender a participação das mulheres historicamente em Sergipe analisando suas posições dentro das parentelas.

2.1 Redes de base familiar: o cenário sergipano

Ao aparecer como algo que supera conceito parentela, o conceito de rede de base familiar abrange não apenas os laços de sangue, mas também as alianças políticas e sociais estabelecidas entre famílias, aliados políticos e outros membros. A rede de base familiar abrange um espectro mais amplo de conexões que contribuem para a consolidação do poder e influência dentro de contextos sociais e políticos:

“Assim, aos poucos, a parentela, fundamentada em vínculos entre agrupamentos familiares e alianças políticas inconstantes, cedeu lugar a um modo de dominação diversificado, baseado em redes de longo alcance. A amizade política que emerge como recurso importante desse novo modo de dominação, muda o processo de recrutamento das elites políticas que passa a depender cada vez mais dos vínculos obtidos em diferentes espaços de atuação (Lewin, 1993). Da Proclamação da República à Redemocratização, observa-se a passagem de um modelo baseado nos grupos de base familiar para um padrão sustentado por redes mais amplas capazes de combinar laços familiares com laços profissionais e políticos. O período da Ditadura Militar de 1964 é emblemático porque conduziu à recomposição dos grupos de base familiar que permanecem, até as primeiras décadas da Redemocratização, ocupando os principais postos e cargos públicos e combinando os laços de base familiar e suas ampliações com os laços de amizade profissional e política. Essa demarcação temporal se torna importante já que a instauração do regime autoritário pelos militares, entre 1964 e 1985, exigia bases de apoio regional sólidas. Nessa direção, os grupos políticos que ofereciam esse suporte foram os mais beneficiados ao longo daquele período. (Petrarca; Oliveira, 2024) ”

O estudo de Petrarca e Oliveira (2024) expõe que, ao longo da história, em Sergipe, desenvolveu-se uma dinâmica política fundamentada no domínio dos proprietários rurais, baseada em arranjos diversificados entre famílias e seus aliados políticos, afilhados e amigos. Essa pesquisa mostra uma dinâmica marcada por uma forte rivalidade entre os grupos dominantes em Sergipe, assim como em muitos outros estados brasileiros. No entanto, diferentemente de um "domínio familiar" em que uma única família controla todo um município, a política no estado é constituída por grupos com base familiar, onde diversas famílias se aliam para garantir o controle. Essa característica está relacionada ao caráter fragmentário da terra em Sergipe, com pequenas propriedades, o que muitas vezes resulta de famílias numerosas com mais de cinco filhos (Petrarca; Oliveira, 2024). As famílias, em muitas situações, também compõem agrupamentos rivais. Esse é o contexto sócio-histórico a partir do qual se ergue um modelo de controle político:

“Nas economias regionais menos ricas e nos estados politicamente dependentes de outras regiões, como é o caso de Sergipe, o controle destas famílias por meio das alianças era quase absoluto. Por ser considerado um “estado satélite”, Sergipe nos fornece o modelo deste sistema fundado na força das parentelas para o controle da política. ” (Petrarca, 2022, p. 21-22)

Para falar de rede de base familiar em Sergipe, é essencial citar os Franco, um dos mais duradouros entre os grupos dirigentes políticos e econômicos do Estado, que tem resistido ao longo das gerações (Petarca, 2017, 2019, 2024). Os Franco se destacam por sua habilidade em controlar a competição interna através de alianças com militares e outras elites estaduais, garantindo assim estabilidade e expansão na política regional. O crescimento do grupo atingiu seu ápice durante o Regime Militar, com amplas alianças sustentadas por redes familiares e amizade política, combinadas com investimentos econômicos que asseguraram sua continuidade e expansão. A ascensão na esfera política teve um ponto crucial nas primeiras décadas do século XX, com uniões matrimoniais estratégicas com os grupos Prado e Leite, permitindo a inserção na política estadual (Petarca, 2017, 2019, 2024). Dessa forma, “é com o casamento de Augusto Prado Franco e Maria Virgínia Leite Franco que se intensifica ao domínio de base familiar dos Franco em Sergipe” (Bomfim, 2024, p.134).

Os casamentos entre membros das famílias Prado Franco e Leite simbolizaram a consolidação dessas alianças e marcaram a entrada dos Franco nos cargos eletivos, destacando-se as eleições de Walter do Prado Franco como deputado federal e posteriormente de Augusto do Prado Franco como deputado federal, senador e governador (Petarca; Oliveira, 2024). Em casos como esse a herança e o casamento surgem como ferramentas para preservar fortunas e o poder local. A perpetuação do status e do poder ao longo das gerações era garantida pela indivisibilidade da herança. Quanto ao casamento, desempenhava duas funções distintas: dentro da parentela, buscava manter o patrimônio unido, enquanto com parceiros externos, visava fortalecer alianças familiares, econômicas e políticas (Santos, 2020 apud Queiroz, 1976).

Os Franco expandiram seus vínculos para além do círculo familiar, ampliando suas áreas de influência e assegurando sua permanência no cenário político. A amizade profissional entre Augusto do Prado Franco e o médico Lourival Batista, colegas na Faculdade de Medicina da Bahia, desempenhou um papel central na entrada deste último na política. Lourival, originário da Bahia, foi convidado por Augusto para trabalhar como médico em uma das fábricas da família, contribuindo para ocupar cargos municipais em São Cristóvão e posteriormente tornando-se deputado federal, governador e senador por Sergipe (Petarca; Oliveira, 2024). Enquanto isso, os filhos de Augusto, especialmente Albano Franco, preservaram e expandiram o legado político e econômico da família. A continuidade do grupo na política foi assegurada pela ampliação das alianças familiares

e pela consolidação de relações políticas e empresariais, garantindo sua sustentação econômica, uma vez que “a liderança de Augusto Franco, fazia questão de demonstrar todo o poderio de suas redes de dominação, principalmente atreladas aos políticos dos municípios sergipanos e por força de articulação de seus filhos, principalmente, Albano Franco, que era presidente da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe” (Bomfim, 2024, p. 133)

“A liderança de Augusto Franco diferenciava-se das dos outros políticos que o antecederam, principalmente porque é a partir de sua condição ao cargo de governador que foi permitido perceber como em meio ao seu sistema de relações ele foi construindo suas relações de dominação. O primeiro ponto a se perceber é o uso do seu recurso empresarial como um significativo qualitativo para a institucionalização do estado.” (Bomfim, 2024 p. 133-134)

Outrossim, o texto de Petrarca e Oliveira (2024) mostra que durante a Redemocratização em Sergipe, os Franco permaneceram como um dos principais grupos políticos familiares, liderados por Albano Franco, ocupando diversos cargos políticos. Contudo, surgiram novas lideranças, levando à reconfiguração das alianças políticas. Um grande bloco político formado pelos Franco, Alves e Valadares dominou os cargos eleitos até 2002, mas se fragmentou em 2006, abrindo espaço para novas lideranças e reorganização dos agrupamentos estaduais, como exemplificado pelo caso dos Reis em Lagarto (Petrarca; Oliveira, 2024). Nesse contexto, surgiu um novo bloco político liderado por Jackson Barreto, Marcelo Déda e Belivaldo Chagas, combinando recursos profissionais e alianças familiares. Nesse contexto da eleição de Déda:

“Efetivamente, a campanha e a vitória de Marcelo Déda em 2006 reestruturaram a dinâmica política do estado de Sergipe. Primeiro que mesmo com um agrupamento fortalecido por reunir em um mesmo agrupamento 03 (três) significativas lideranças: Marcelo Déda, Antônio Carlos Valadares e Jackson Barreto, apenas conseguiram fortalecer a sua base com 11(onze) políticos diretamente ligados a sua base; em detrimento ao agrupamento Franco-Alves que reunia duas significativas lideranças políticas: Albano Franco e João Alves Filho, e somavam em sua base 22 (vinte e dois) políticos, além de reeleger a esposa de João Alves para os eu segundo mandato, tendo como suplente o filho de Albano Franco, Ricardo Franco.” (Bomfim, 2024, p.164)

A aliança mencionada se manteve até as eleições de 2018 (Petrarca; Oliveira, 2024). Nesse cenário:

“O bloco se manteve coeso. Marcelo Déda se reelege nas eleições de 2010, tendo como vice Jackson Barreto. Contudo, com a morte precoce de Déda, seu vice se tornou governador, e se reelegeu para o cargo. Como num movimento contínuo, a última eleição, em 2018, elegeu Belivaldo Chagas, do Partido Social Democrático (PSD), vice de Jackson Barreto e primeiro vice de Déda. Entretanto, nas eleições de 2022, o bloco se dissolveu. O PT lançou candidatura própria com Rogério Carvalho à frente e com o apoio de Jackson Barreto (PMDB). Belivaldo Chagas rompe com o bloco e lança apoio a Fábio

Mitidieri (PSD), do grupo dos Mitidieri, como seu sucessor. ” (Petrarca; Oliveira, 2024)

Essa dinâmica política é baseada em alianças entre líderes de diversos agrupamentos, conhecidas como "alianças personificadas". A continuidade no poder ou a eleição do sucessor depende dessas alianças com agrupamentos influentes, formando um grande bloco que preenche cargos em diferentes níveis (Petrarca; Oliveira, 2024). A quebra dessas alianças e a dissolução do bloco revelam a fragmentação interna e abrem espaço para novas lideranças emergirem. A recente ruptura desse bloco nas eleições de 2022 está criando condições para uma reconfiguração das relações de poder no estado (Petrarca; Oliveira, 2024).

Atualmente, o cenário político sergipano é caracterizado por uma composição centrada em redes baseadas em laços familiares. Estas redes são descritas como “de base familiar”, seguindo princípios teóricos que evitam associação com o conceito de “domínio familiar”, onde o recrutamento político ocorre exclusivamente através do parentesco (Petrarca; Oliveira, 2024). Referem-se às relações estabelecidas por meio de laços familiares como irmãos, primos, sobrinhos, primos, afilhados, cônjuges e amizades políticas, que conectam autoridades municipais, estaduais e federais (Petrarca; Oliveira, 2024).

Por outro lado, também se pode encontrar redes pessoais formadas na política profissional. Nessa lógica, são comuns os agrupamentos que disputam o controle partidário e o acesso aos cargos que se definem pelo nome da família, como "os Alves", "os Mitidieri", "os Amorim", "os Valadares", "os Reis", ou pelo nome da liderança e sua base, como "o grupo de Jackson", "o grupo de Belivaldo Chagas", "o grupo de Alessandro" e assim por diante (Petrarca; Oliveira, 2024).

Neste ponto, voltando à obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), é possível entender que os líderes políticos são frequentemente apoiados por “padrinhos” e desempenham um papel importante na manutenção do poder baseado nas redes de base familiar. Assim, além dos “parentes”, outros líderes podem e são nomeados e apoiados para consolidar e ampliar o poder destes grupos.

A análise dessas redes de base familiar pode ser utilizada para explicar o engajamento político de nomes como Eliane Aquino (Viúva de Marcelo Déda) e Maria do Carmo Alves (Viúva de João Alves Filho), por exemplo.

Ademais, segundo Petrarca (2022) a lógica predominante das relações entre os principais grupos políticos no poder é a formação de alianças, destacando-se como um

traço fundamental. Esse contexto político é particularmente relevante em Sergipe, onde as condições de fragmentação levaram ao desenvolvimento de um sistema em que a necessidade contínua de estabelecer alianças é central. Dessa forma, mais do que a herança familiar, um fator importante para o sucesso político é a capacidade de estabelecer e fortalecer alianças (Petrarca, 2022). A competência nesse aspecto se revela como uma chave para o sucesso e o progresso na política.

2.2 Condições para diversificação: A participação das mulheres na política em Sergipe

Sabe-se que a parentela, como estrutura familiar extensa e interligada, desempenhou um papel importante na política sergipana, constituindo muitas vezes um dos principais canais de acesso ao poder. Nestes sistemas familiares, as mulheres desempenhavam frequentemente papéis específicos, embora nem sempre fossem formalmente reconhecidas como líderes políticas.

Na interseção entre mulher, família e política, pode-se entender, que para abordar a participação feminina em espaços de poder, não pode-se atribuí-la simplesmente às questões de gênero, mas, também, é importante ir além da investigação convencional para compreender as verdadeiras razões da entrada e das estratégias das mulheres na participação política, examinando como organizam o seu capital sócio-político, suas inserções e condicionantes socioculturais presentes em suas trajetórias em contextos específicos.

Ao tratar da diversificação na política, segundo Petrarca (2020)⁵, é necessário ter cautela, pois pode haver renovação na política que, na realidade, busca manter e perpetuar o poder do agrupamento político dominante. Para falar sobre a mudança organizacional e a dinâmica de preservação de poder e controle, uma interessante expressão utilizada no livro italiano "Il Gattopardo" de Giuseppe Tomasi di Lampedusa, resume essa dinâmica: "tudo deve mudar para que tudo permaneça como está" (Petrarca, 2020).

Seguindo esse viés, sabe-se que algumas mulheres entram na política através de laços familiares, sejam elas filhas, irmãs ou esposas de políticos proeminentes. Alianças

⁵ Disponível em: Reportagem Especial. (n.d.). Com.br. Retrieved April 12, 2024, from <https://jlpolitica.com.br/reportagem-especial/mulheres-no-poder-sergipe-amplia-participacao-feminina-na-politica>

são formadas dentro do grupo político, e elas tornam-se candidatas não tanto por seus ideais, mas como parte de um compromisso político. Outras vezes, são vistas como uma segunda opção, quando os membros masculinos da família enfrentam obstáculos na disputa eleitoral (Petrarca, 2020).

Assim sendo, a participação das mulheres na política em Sergipe pode ser compreendida historicamente analisando suas posições dentro das suas redes de base familiar, de suas parentelas.

Nesta direção, é notável que as mulheres em Sergipe estiveram envolvidas na política principalmente através de laços familiares. A influência e a participação na política, especialmente como primeiras-damas, era frequentemente determinada pela sua posição dentro das suas parentelas. Embora pudessem exercer alguma influência através dos seus maridos, pais ou irmãos, a sua participação direta na tomada de decisões políticas era limitada, e inicialmente operaram nos bastidores das suas redes políticas de base familiar.

No que diz respeito ao familismo, ou parentela, Lewin (1993) enfatiza a importância da compreensão de que a ordem política desde o início da República não se baseia apenas nos laços familiares biológicos, mas na associação à família. Ou seja, além dos laços de parentesco diretos, esses laços familiares envolviam também amizades políticas ou casamentos. Nestes casos, além dos laços biológicos, o casamento, enquanto elemento formador de vínculos familiares, poderia contribuir para a entrada de algumas mulheres na esfera política.

No geral, a mulher se constituiu como uma figura de significância na estrutura da rede familiar, pois seu papel transcende o matrimônio, abrindo espaço para uma variedade de elementos que contribuem para a expansão das redes (Santos, 2020 apud Lewin, 1993). Nos casos onde os matrimônios são utilizados como estratégia de ampliação de dominação, temos o caso de Silvia Fontes e Fábio Henrique (ambos do PDT), que têm trajetórias políticas: Silvia foi eleita deputada Estadual em 2014, enquanto Fábio, ex-prefeito de Nossa Senhora do Socorro, tornou-se deputado Federal. Quando Fábio deixou a prefeitura para ocupar seu lugar na Câmara dos Deputados, sua esposa, Silvia, não buscou a reeleição, mas ingressou na chapa de Valadares Filho como vice-governadora. Embora bem-sucedida individualmente, a campanha política expansionista do casal em Nossa Senhora do Socorro não pôde ser sustentada (Santos, 2020).

Num caso reverso, temos:

“O matrimônio também atua de maneira reversa como é caso do Dr. Vanderbal. (PTC) que sempre atuou na Medicina na área de Pneumologia. Entretanto, a partir do momento em que sua esposa, Dr^a Angélica Guimarães, deixou a Assembleia Legislativa por quatro mandatos consecutivos, além de ter ocupado o cargo de Prefeita do município de Japoatã, localizado a 74km da capital sergipana. Quando analisamos a entrada de um ator na política, ocorre que geralmente a influência seria feita através de um parente próximo, um pai, avô, irmão, e costumeiramente seria um parente do sexo masculino. A ex-deputada Dr^a Angélica já sabia da sua indicação ao cargo de Conselheira do TCE e necessitava deixar alguém na sua cadeira do legislativo. Em sua primeira campanha, Dr. Vanderbal (PTC) conseguiu 32.794 votos e em sua 176 reeleição com 26.054; um pouco menos de 7 mil votos, mas levando em consideração a presença de uma diversidade maior de novos candidatos. ” (Santos, 2020)

Santos (2020), mostra, também, o exemplo da deputada Diná Almeida (PODEMOS), em seu primeiro mandato eletivo, que obteve 20.168 votos nas eleições de 2018. Porém, sua eleição se deveu ao seu trabalho como secretária interina. Diná ocupou o cargo duas vezes: de 1997 a 2000, o primeiro mandato do marido Diógenes Almeida (MDB), e de 2016 a 2018, no segundo mandato do prefeito de Tobias Barreto. Ela desistiu da função justamente para concorrer à vice-presidência estadual, cargo que ocupa desde então.

Maria do Carmo Alves (viúva de João Alves) foi eleita senadora por Sergipe por três mandatos consecutivos, representando um modelo de sucesso do capital familiar compartilhado. No entanto, outros descendentes de João Alves não conseguiram imitar este sucesso político, e o partido político a eles associado é praticamente inexistente hoje (Bomfim, 2024).

Eliane Aquino (PT), embora tenha ocupado cargos políticos importantes, como vice-prefeita de Aracaju e vice-governadora, não foi indicada por Déda diretamente para cada um desses cargos. Em vez disso, foram conquistados após a morte de seu marido, usando o seu capital político como uma espécie de legado político póstumo (Bomfim, 2024).

A importância de compreender como a herança política é transmitida através do casamento ou do apoio político revelou-se pertinente, uma vez que os recursos familiares não são apenas expressos através dos recursos familiares, mas como uma estratégia significativa (Santos, 2020).

Em outros casos, a entrada feminina na política se dá por meio de recursos familiares, sendo principalmente filhas de políticos, assim como é caso de Maria Mendonça, Goretti Reis e Maísa Mitidieri.

O primeiro caso é o da ex-deputada Maria Mendonça (PSDB), que tem uma carreira política consolidada, incluindo seis anos no legislativo e um no executivo de Itabaiana. Seu estilo político é influenciado pela memória de seu falecido pai, o ex-líder político e ex-deputado Chico de Miguel, que a teria colocado na política.

A trajetória de Goretti Reis, ligada ao grupo Saramandaia, também é atribuída principalmente ao pai, o ex-deputado e ex-prefeito Arthur Reis. A ex-deputada Estadual sempre enfatizou seu compromisso com a política, inspirado nos ensinamentos de seu pai.

O ex-deputado Luiz Mitidieri retirou-se da política, deixando dois filhos que ocuparam importantes cargos eletivos e obtiveram importante vitória eleitoral: Fábio Mitidieri, ex-deputado Federal e atual Governador de Sergipe, e sua filha Maisa Mitidieri, eleita para o Estadual.

Um fator interessante, para casos como esses, é o apontado por Santos (2020, aupp Beatriz Heredia, 2010), no qual compreende o papel dos chefes de família no acolhimento dos políticos em casa, em promover consensos entre os familiares sobre votos e apoios e expressar publicamente esses compromissos. Essa atividade desempenha um papel importante na construção e manutenção de relações e alianças políticas futuras nas trajetórias dessas mulheres.

Ainda sobre a participação feminina na política, Blay (2015), no livro “As Prefeitas”, apresenta as seguintes considerações:

“Resumindo, pode-se dizer que as prefeitas são mulheres ora da pequena burguesia, ora provenientes de famílias latifundiárias. Chegam ao poder porque se diferenciam, na população de seus municípios, ou por sua origem de classe e dominação política, ou por suas atividades profissionais. Aquelas provenientes da oligarquia rural continuam a tradição familiar de deter a dominação do poder local. As demais chegam a este domínio através de uma popularização de suas pessoas e de suas ações por intermédio de suas ocupações.” (BLAY, 2015, p. 37).

Assim, ainda na visão Blay:

“A tradição de dispor de todos os cargos políticos ocupando-os pessoalmente, indicando membros da família ou correligionários para preenche-los, constitui a forma tradicional de dominação do poder local. Por isso o ‘chefe’ político local procura criar, no interior de sua família nuclear ou extensa, uma predisposição para o desenvolvimento de carreiras políticas” (BLAY, 2015, p. 39).

A análise da presença feminina na política em Sergipe pode revelar a complexidade das dinâmicas familiares, dos legados políticos na vida pública e das teias de relações presentes no Estado. No desempenho dos laços familiares, seja na forma de casamento ou demais relações, o capital social e os ensinamentos transmitidos de geração em geração são cruciais para a trajetória política de muitos indivíduos. A sucessão política através do parentesco implica não só na continuidade dos interesses políticos, mas também necessariamente na importância dos laços familiares na formação e manutenção do poder político.

CAPÍTULO III – FAMÍLIA E POLÍTICA: Eleições sergipanas

No contexto brasileiro, a herança familiar desempenha um papel importante na conformação do cenário político, estabelecendo os contornos da representação no âmbito governamental e parlamentar, abrangendo múltiplas esferas. A filiação a famílias com histórico na esfera política confere, muitas vezes, acesso às estruturas de poder político, permitindo a exploração do capital político-social previamente acumulado como parte integral do patrimônio familiar. No entanto, a capacidade de formar alianças é crucial.

Um levantamento da Revista Congresso em Foco (2017) revelou que cerca de 62% dos deputados (pelo menos 319) e 73% dos senadores (59 no total) tinham laços familiares com outros políticos. Esse controle familiar também se manifesta em nível municipal, onde é ainda mais forte. No cenário político do Brasil, as conexões políticas têm raízes mais profundas no Nordeste, porém se estendem amplamente por todos os estados e partidos que estão representados no Congresso. Outros estudos apontam para o mesmo entendimento:

“A discussão ilustra um mecanismo muito antigo da política nacional e especialmente significativo na atual legislatura na Câmara. De teor fortemente conservador, ela é também a que possui maior porcentual de deputados com familiares políticos desde as eleições de 2002. Um estudo da Universidade de Brasília (UnB) publicado no segundo semestre de 2015 analisou os 983 deputados federais eleitos entre 2002 e 2010 para concluir que, no período, houve um crescimento de 10,7 pontos percentuais no número de deputados herdeiros de famílias de políticos, atingindo 46,6% em 2010 – número próximo aos 44% encontrados pela Transparência Brasil no mesmo ano. Logo após a última disputa eleitoral, a ONG divulgou outro levantamento que concluiu que 49% dos deputados federais eleitos em 2014 tinham pais, avôs, mães, primos, irmãos ou cônjuges com atuação política — o maior índice das quatro últimas eleições.” (Medeiros, 2016).

Diante do que foi exposto, no contexto de uma sociedade de orientação capitalista, pode-se pensar que o processo de engajamento político é preponderantemente moldado pelas imperativas demandas do capital, no entanto, e aspectos socioculturais também têm grande influência na totalidade das interações sociais, juntos, operando como um mecanismo de imposição de domínio e, até, estabelecimento de hegemonias.

Nesta senda, fica claro que a herança política familiar proporciona vantagens na corrida eleitoral. Isso é evidenciado quando candidatos provenientes de famílias com histórico de poder entram nas eleições com capital sociopolítico herdado e inseridos em uma rede de base familiar, o que lhes permite chegar ao parlamento, por exemplo. Isso pode ocorrer independentemente de suas habilidades ou experiência política pessoal, pois, na maioria das vezes, são eleitos com base nos votos associados à sua linhagem familiar,

bem como nas conexões político-sociais previamente estabelecidas e no apoio que o exercício de cargos políticos proporciona.

No entanto, a legitimação de um grupo familiar na política de uma determinada região não se baseia apenas na tradição familiar. Além do prestígio associado ao sobrenome, essa legitimidade, que se traduz em votos, muitas vezes se nutre de métodos de persuasão e coerção, incluindo práticas de troca de favores enraizadas na história brasileira, o que será melhor abordado no próximo capítulo desse estudo.

3.1 Mulheres nas últimas eleições Sergipanas: política "de base familiar"

A presença de mulheres nas eleições de Sergipe tem sido um aspecto em evolução ao longo dos anos, refletindo mudanças na ordem social e política. Historicamente, as mulheres enfrentaram desafios e oportunidades significativas ao tentarem entrar ou entrarem na política em Sergipe, bem como em outras partes do Brasil. Nas últimas décadas, contudo, a participação das mulheres nas eleições nacionais tem aumentado paulatinamente.

Nas eleições municipais de 2020, em linhas gerais, dos 75 prefeitos e vice-prefeitos eleitos em Sergipe, 17 seguem o patrimônio político da família. Nessa eleição, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) recebeu um total de 257 registros de candidaturas para os cargos de prefeitos. Dentre esses candidatos, apenas 45 eram mulheres, o que representa pouco mais de 17% do total. No primeiro turno das eleições, realizado em 15 de novembro de 2020, foram eleitos 74 prefeitos e prefeitas para administrar os municípios sergipanos pelos próximos quatro anos. Dessas eleições, 13 prefeituras terão mulheres à frente da gestão municipal, o que corresponde a 17,6% do total de eleitos. Por outro lado, os homens ainda são a maioria na política local, ocupando 61 prefeituras, o que representa 82,4% do total de eleitos.

Esses números destacam a continuidade da base familiar, apesar da ampla taxa de renovação, e uma disparidade significativa entre o número de candidatos homens e mulheres na disputa pelos cargos de prefeito em Sergipe. Além disso, dados do LEPP/UFS mostram que a maioria dessas candidatas eleitas fazem parte de redes de base familiar, sendo filhas, esposas, candidatas no lugar de homens impedidos de se reelegerem ou apoiadas por estes.

A respeito das Eleições Gerais de 2022⁶, o Estado de Sergipe teve o maior percentual de eleitoras em relação ao Nordeste e à média nacional. Foram 53,13% mulheres votantes no Estado, enquanto o Nordeste teve 52,71%, e o Brasil, 52,65%. O quantitativo de mulheres eleitas em Sergipe (21,21%) também é o maior da Região Nordeste, que teve média de 16,67%.

Em relação à participação feminina por cargo nas Eleições 2022, no que diz respeito ao número de cadeiras reservadas ao Estado de Sergipe, 25% são ocupadas por mulheres. O Nordeste tem um percentual menor (11,92%), e o índice de participação feminina no Brasil também é menor que a sergipana, 17,73%.

Quanto ao número de cadeiras de deputadas (os) federais reservadas ao Estado de Sergipe, 25% são ocupadas por mulheres. A Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe tem 20,83% das cadeiras ocupadas por mulheres, enquanto, no Nordeste e no Brasil, o percentual é ainda menor: 17,88% e 17,97%, respectivamente.

Ainda sobre as eleições de 2022, em um texto publicado no Brasil em foco, Petrarca e Oliveira (2022) aduzem que houve um avanço significativo na representatividade das mulheres eleitas em Sergipe. Pela primeira vez na história do estado, duas mulheres foram eleitas para a legislatura federal, marcando um feito inédito. Na esfera estadual, embora ainda haja um caminho a percorrer, a presença feminina se encontra em torno de pouco mais de 20%, sem mudanças significativas. Vale destacar, porém, o marco representativo da eleição de Linda Brasil, a primeira mulher trans a conquistar um assento na Assembleia Legislativa de Sergipe. Essas conquistas refletem um respeito crescente à ampliação da participação das mulheres na política do Estado. Segundo Petrarca e Oliveira (2022), além da alta taxa de renovação na Câmara Federal, a política estadual e federal é predominantemente influenciada por dois polos distintos. O primeiro é o da política "de base familiar", que prevalece tanto na permanência quanto na renovação dos cargos; o segundo é o polo da política "de base profissional e partidária" (Petrarca; Oliveira, 2022). Ambos os padrões de acesso e consolidação na política desempenham papéis significativos, configurando a dinâmica política em níveis estaduais e federais.

Nessa senda, um estudo de Schoenster (2014), mostra que apenas uma mulher foi eleita governadora entre as 27 unidades federativas. Suely Campos (PP-RR), casada com

⁶ Disponível em: Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe. (n.d.). Justiça Eleitoral. Retrieved April 12, 2024, from <https://www.tre-se.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Marco/pesquisa-sobre-participacao-feminina-no-tre-se>

o ex-deputado federal Neudo Campos (PP-RR), protocolou sua candidatura após a renúncia do marido, impedido de concorrer devido à Lei da Ficha Limpa. Além disso, todas as sete vice-governadoras eleitas têm parentes no meio político. Como mostra a figura a seguir, todas as sete vice-governadoras eleitas tinham parentes políticos.

Figura 1 - Vice-governadores com parentes

Izolda (PT-CE)	É casada com Veveu Arruda (PT-CE), ex-vereador, ex-vice prefeito e atual prefeito de Sobral.
Professora Rose (PMDB-MS)	É irmã do deputado estadual eleito em 2014 Professor Rinaldo (PSDB-MS), ex-vereador e ex-deputado estadual.
Cida Borguetti (PROS-PR)	É mulher do deputado federal eleito em 2014 Ricardo Barros (PP-PR), ex-prefeito de Maringá e ex-deputado federal. É também mãe da deputa estadual eleita nas eleições deste ano, Maria Victória (PP-PR).
Lígia Feliciano (PDT-PB)	É mulher do deputado federal reeleito Damião Feliciano (PDT-PB).
Margarete Coelho (PP-PI)	É casada com o procurador federal e ex-deputado estadual Marcelo do Egito Coelho.
Claudia Lelis (PMDB-TO)	É casada com o deputado estadual Marcelo Lelis (PV-TO). Claudia Lelis substituiu a candidatura do marido após ele desistir de concorrer devido a impugnação de sua candidatura pelo Tribunal Superior Eleitoral.
Nazareth Lambert (PT-AC)	É filha do ex-governador do Acre, José Augusto de Araújo, e da ex-deputada federal Maria Lúcia.

Fonte: Transparência Brasil

Se tratando da presença feminina no parlamento brasileiro⁷, Sakai e Paiva (2014) argumentam que as deputadas federais precisam de capital político de parentes na política para serem eleitas, pois arrecadam quase o dobro das que não têm parentes. No entanto, essa relação não é observada entre as senadoras e deputadas estaduais eleitas.

⁷ PAIVA, N.; SAKAI, J. Quem são os conselheiros dos Tribunais de Contas. Transparência Brasil, São Paulo, abr. 2014. Disponível em: http://www.atricon.org.br/wp-content/uploads/2014/04/TransparenciaBrasil_TribunaisdeContas_Abril2014.pdf.

Figura 2 - Mulheres parlamentares e com parentesco político

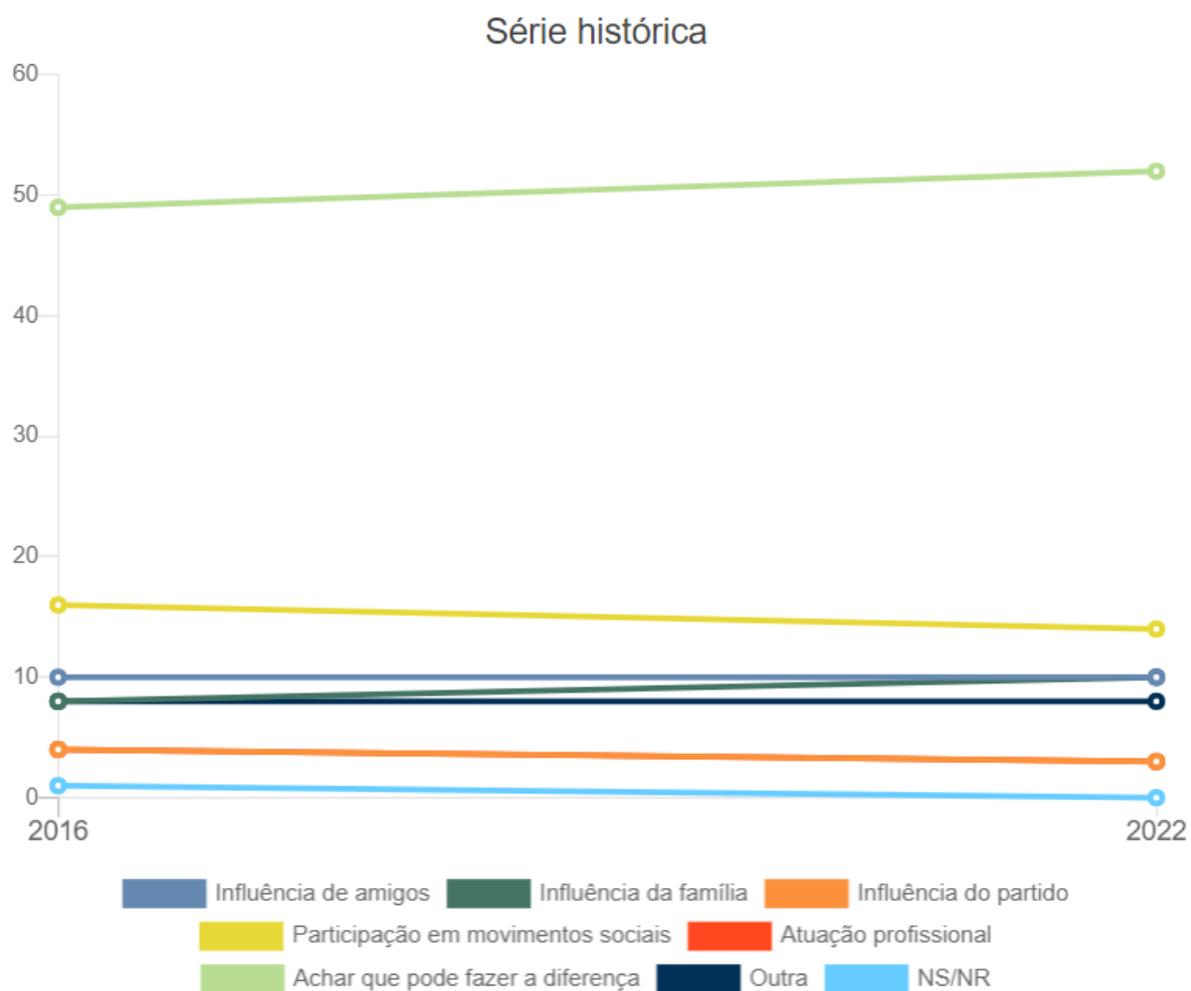
	Mulheres em relação ao total	Mulheres com parentes	Homens e mulheres com parentes
<i>Deputados(as) federais</i>	9%	58%	44%
<i>Senadores(as)</i>	13%	86%	65%
<i>Deputados(as) estaduais</i>	13%	59%	Sem dados

Fonte: Transparência Brasil, 2014.

Um levantamento do Instituto DataSenado⁸, em colaboração com o Observatório da Mulher contra a Violência, conduziu duas pesquisas abordando os desafios enfrentados por candidatos e candidatas durante as eleições municipais. A primeira pesquisa ocorreu em 2016, seguida pela segunda em 2022. O propósito desses estudos é investigar os elementos que podem contribuir para a escassa representação feminina. Os entrevistados foram questionados sobre suas motivações para ingressar na esfera política e o papel da família em suas decisões, entre outros aspectos.

Para a pergunta “Qual foi sua principal motivação para entrar na política?” Os resultados de 2022 mostram que 52% dos entrevistados acreditam que podem fazer a diferença. Além disso, 14% dos entrevistados afirmaram participar de movimentos sociais, e a influência da família foi destacada por 10% dos entrevistados. 10% mencionaram a influência de amigos e a categoria "Outra" foi escolhida por 8% dos entrevistados. A atuação profissional foi citada por 3% dos entrevistados e outros 3% mencionaram a influência do partido, como mostra a figura a seguir.

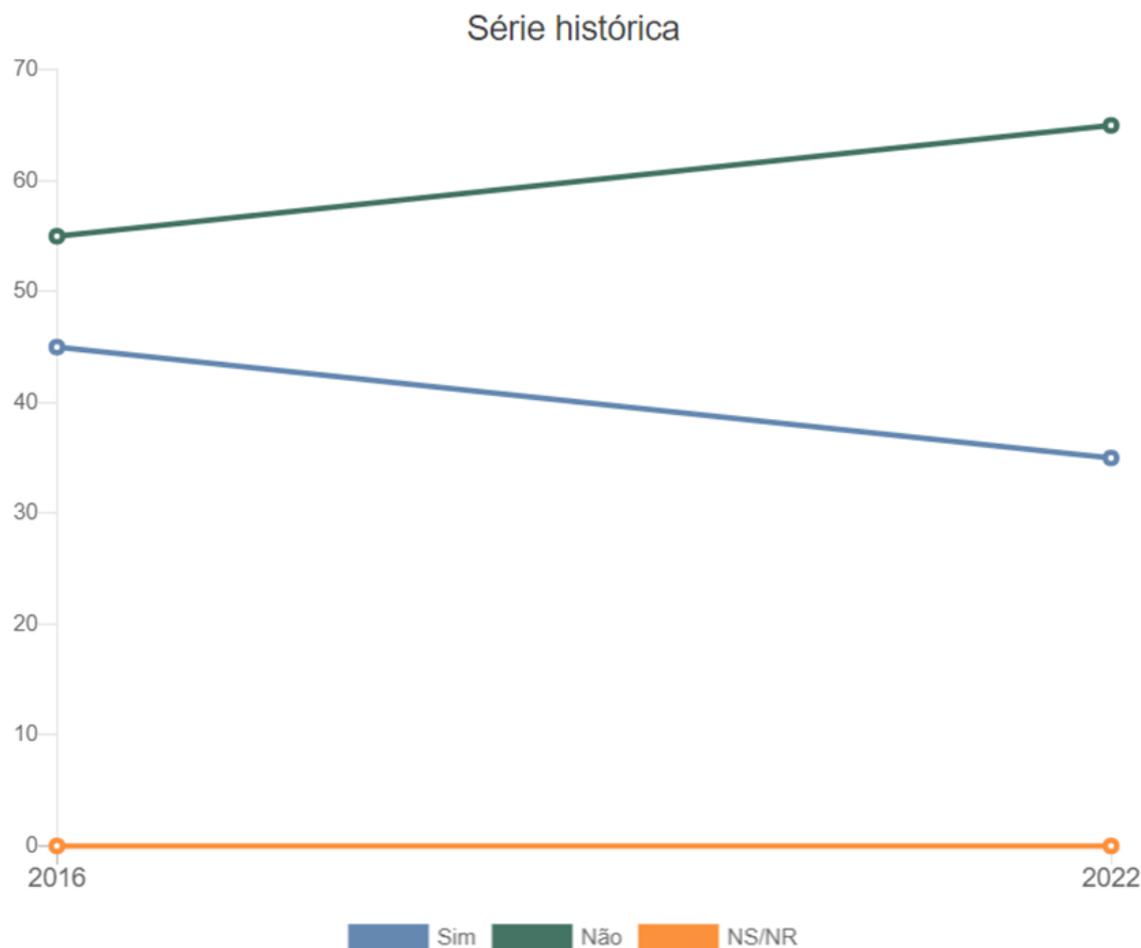
⁸ Painéis DataSenado. (n.d.). Leg.Br. Retrieved April 12, 2024. ⁸ Disponível em: https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/paineis_dados/#/dados;pergunta=Quantos%20filhos%20voc%C3%AA%20tem%3F

Figura 3 - Qual foi sua principal motivação para entrar na política?

Fonte: Instituto de Pesquisa DataSenado, 2022

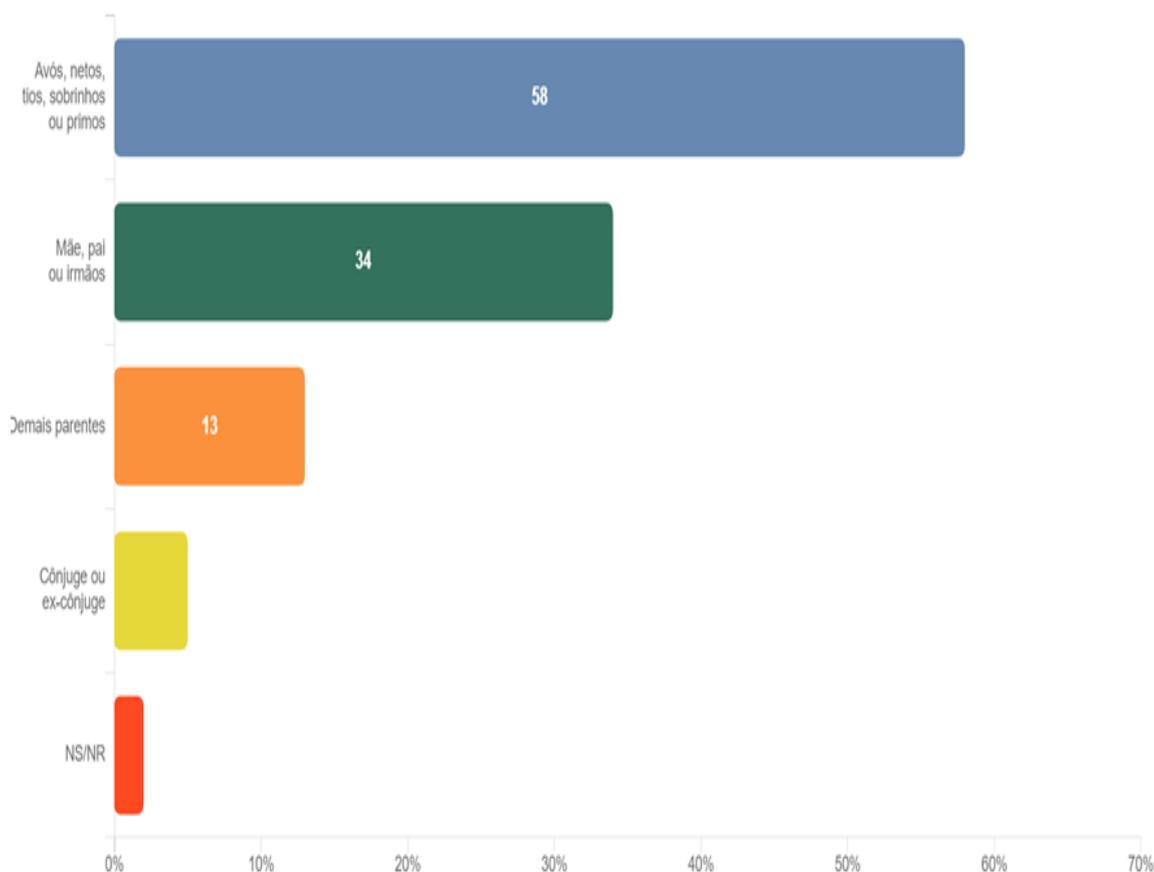
Para a pergunta “Você tem um ou mais parentes que exercem ou já exerceram cargo eletivo? ”, os dados revelam que, em 2022, 35% dos entrevistados responderam "Sim". Por outro lado, 65% dos entrevistados responderam "Não" e nenhum dos entrevistados respondeu "Não sei/Prefiro não responder". Vejamos:

Figura 4 - Você tem um ou mais parentes que exercem ou já exerceram cargo eletivo?



Como resposta ao questionamento “Qual a sua relação de parentesco com esse ou esses parentes que exercem ou já exerceram cargo eletivo? ”, os resultados de 2016 indicam que 58% dos entrevistados mencionaram ter avós, netos, tios, sobrinhos ou primos como fonte de apoio, 34% dos entrevistados identificaram mãe, pai ou irmãos como fonte de apoio, e em 13% dos entrevistados, outros parentes foram mencionados como fonte de apoio. Cônjuge ou ex-cônjuge foi mencionado por 5% dos entrevistados como fonte de apoio e 2% dos entrevistados responderam "Não sei/Prefiro não responder, conforme veremos na próxima imagem.

Figura 5 - Qual a sua relação de parentesco com esse ou esses parentes que exercem ou já exerceram cargo eletivo?



Fonte: Instituto de Pesquisa DataSenado, 2016

Os dados apresentados sugerem que uma parte significativa dos entrevistados encontra motivação para entrar na política pela crença de que podem fazer a diferença, e que o apoio familiar desempenha um papel importante na decisão de entrar na política. Adicionalmente, uma parcela considerável dos entrevistados possui parentes que exercem ou já exerceram cargos eletivos, o que pode influenciar sua própria decisão de participar da política.

Ademais, sobre as mulheres eleitas como prefeitas no estado de Sergipe em 2020, dados do LEPP/UFS mostram que o pertencimento a clãs políticos ainda se faz presente no cenário atual, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Prefeitas com parentes políticos eleitas no estado de Sergipe em 2020

MUNICÍPIO	PREFEITAS ELEITAS	Observações
Gararu	Zete de Janjão (PSD)	Filha de Janjão (João Dionísio de Matos) que também é político (começou na vida pública como secretaria na gestão do seu pai) - foi também vereadora junto com o irmão.
Monte Alegre de Sergipe	Nena de Luciano (PP)	Casada com Luciano Lino
Nossa Senhora da Glória	Luana Oliveira (PSD)	Candidata no lugar do marido, Sergio Oliveira, que teve a candidatura anulada.
São Francisco	Alba de Ailton (MDB)	Entrou na campanha substituindo o marido, Ailton, que estava impedido.
Pacatuba	Manuella Martins (PSC)	Manuella Martins concorreu à Prefeitura de Pacatuba com o apoio do atual prefeito Alexandre Martins (seu tio), que está à frente do executivo desde 2013.
Lagarto	Hilda Ribeiro (Solidariedade)	Esposa de Gustinho Ribeiro
Pedrinhas	France de Domingos (PSB)	Candidata no lugar do marido que estava inapto: Domingos de Gonsaga.
Divina Pastora	Clara Rollemberg (PP)	Filha do Dr Raul, ex-prefeito de Divina Pastora
Capela	Silvany (PSC)	Reeleita para a gestão do município (2021-2024), foi prefeita do município (2017-2020). Foi esposa do ex-prefeito Sukita, que foi preso por conta dos crimes de corrupção.

		Atualmente é casada com Christiano Cavalcante, o ex-prefeito de Ilha das Flores e Presidente da Federação dos Municípios de Sergipe. Atualmente, Christiano disputa a eleição para o cargo de deputado Estadual.
Japaratuba	Lara Moura (PSC)	Foi prefeita por dois mandatos na prefeitura de Japaratuba. É casada com o ex-prefeito e ex-deputado federal André Moura (André Luís Dantas Ferreira) filho de Reinaldo Moura Ferreira, ex-vereador de Aracaju, ex-deputado estadual de Sergipe e ex-Conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.
Carmópolis	Esmeralda (PSD)	Esmeralda é cunhada de Luiz Mitidieri e, segundo ela, a relação com a família é a melhor possível. “Minha relação com os Mitidieri é muito boa, sempre contei com eles e contarei mais uma vez”, diz.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do LEPP/UFS

Estas candidatas, em muitos casos, tendem a conformar-se com as normas sociais dominantes, o que ajuda a perpetuar os pressupostos tradicionais sobre os papéis das mulheres na sociedade. Nesse sentido, uma das consequências desta dinâmica é que os pressupostos sociais sobre o poder e o papel das mulheres estão cada vez mais estagnados, impedindo progressos significativos em direção à igualdade de gênero.

Sob esse ângulo, se tratando da adaptação feminina ao jogo político, quando estas pertencem a famílias políticas - algo que pode impedir mudanças sociais substanciais na sociedade-, este fato pode estar atrelado ao que Max Weber (2001) chama de dominação tradicional. Em seu trabalho "Economia e Sociedade", Weber descreve a dominação

tradicional como uma forma de autoridade baseada na legitimidade da tradição e do costume. Essa forma de dominação é comumente encontrada em sociedades onde o poder é passado de geração em geração, com base em normas e valores ancestrais.

A dominação tradicional é baseada no respeito as tradições e no respeito à autoridade exercida por figuras tradicionais, como monarcas hereditários, chefes de clãs ou patriarcas. Essa forma de dominação é estabelecida por meio da obediência acrítica às regras e costumes transmitidos ao longo do tempo e é geralmente aceita pela população em razão de sua natureza historicamente enraizada.

Essa dinâmica também pode ser observada em relação a outros grupos (trabalhadores, por exemplo). Mesmo que pareça enganoso, estes outros grupos também podem se adequar e conformar-se aos princípios de dominação quando ingressam em agrupamentos políticos consolidados, seguindo a lógica das famílias políticas.

As famílias políticas, como foi visto antes, atualizam suas fronteiras durante as disputas eleitorais e usam as relações familiares como ferramenta para negociar posições políticas. O pertencimento a famílias com tradição na política facilita o ingresso nas estruturas de poder político, já que essas pessoas acessam o capital sociopolítico construído ao longo de gerações.

Sob essa perspectiva, é evidente que a questão da ordem política desperta aspirações no eleitorado na inversão da ordem dicotômica da natureza. Uma vez que a ordem social é o resultado da diferenciação entre os sexos, a exclusão das mulheres da esfera política na esfera familiar representa um fardo poderoso para o desenvolvimento futuro de todas as formas das mulheres, estes últimos ancorados em uma rígida divisão do trabalho impostas à mulher por sua primazia como mãe e esposa. Característica da atuação do homem público é, porém, o afastamento da esfera familiar e o desrespeito aos deveres de cuidado dos filhos e do cônjuge a que a mulher está vinculada (Lima, 1987).

Ainda sobre a relação entre mulher e política, é importante ressaltar que, como foi mencionado anteriormente, o vínculo familiar como fator de ascensão a cargos públicos pode ter um efeito danoso do ponto de vista da administração de políticas sociais. Isso ocorre porque, neste caso, as mulheres são vistas como condutoras naturais da assistência social, o que pode levar à reprodução de estereótipos e à falta de profissionalização:

“Em 1987, foi fundado no Ceará, com a participação de 17 primeiras-damas, a Associação das Primeiras Damas dos Municípios do Ceará, posteriormente designada de Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Ceará – APDMCE. [...] das 11 presidentas: 3 já foram deputadas estaduais, 3 vereadoras, 1 senadora, 02 ex Secretárias Municipais da Saúde, 02 ex Gestoras do Fundo Municipal de Assistência Social, 01 ex Secretária de Ação Social, 01

ex Secretária da Indústria e Comércio, 01 ex Secretária de Cultura, 01 ex prefeita, 03 viceprefeitas. Nesse balanço, encontram-se pessoas que exerceram mais de uma função no decorrer dos anos. [...] É relevante também termos identificado na diretoria do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS, no biênio 2011/2012, a presença de 4 primeiras-damas, sendo que dentre estas estavam 2 ex secretárias de Ação Social em um total de 3 mandatos, 1 vereadora com 2 mandatos. No biênio 2013/2014, encontramos 2 primeiras-damas, sendo 2 ex secretárias de Assistência Social, uma destas eleita 5 vezes vereadora e com 3 mandatos como secretária de Assistência Social. ” (Lopes et al., 2013, p. 7-8).

Com base nesses dados, pode-se inferir que a influência administrativa das primeiras-damas está diretamente relacionada ao mandato de seus companheiros, independentemente de suas habilidades técnicas e políticas. Dessa forma, a execução dessa política pode estar associada à permanência de elementos da prática política tradicional, como a troca de favores e o clientelismo, instrumentos que sustentaram e constituem a história política brasileira.

Isto posto, se tratando da presença feminina nessa relação entre família e política, e sem pensar em um continuum de democracia e cidadania, a comparação com outras formas inventadas de atuação política e o protagonismo ativo de homens e mulheres torna-se importante para reconhecer que estes são tratados de forma diferenciada na esfera política e o social, separados na modernidade em espaço público e privado no ambiente político local. (Blay, 2015).

CAPÍTULO IV - OS TELES DE MENDONÇA DE ITABAIANA

Conforme vislumbrado, a inserção em redes de base político-familiar proporciona vantagens na corrida eleitoral. Neste contexto, as eleições enfrentam restrições de natureza legal e política, resultando em desigualdades notáveis entre os diversos partidos políticos e seus respectivos candidatos. Essas desigualdades são principalmente atribuíveis a um rigoroso controle exercido pelo poder econômico sobre o processo eleitoral, que se enraíza em um consenso construído de maneira significativa por meio de uma espécie de marketing político. Adicionalmente, a disparidade é exacerbada pela presença do capital sócio-político acumulado por famílias que constituem clãs políticos, cuja influência decorre, em grande parte, de sua relevância econômica nas respectivas regiões e de seu prolongado controle sobre as estruturas administrativas, como é o caso da figura do coronel (muito comum nos estados do Nordeste). Isso geralmente resulta de práticas políticas tradicionais, tais como o clientelismo, a compra de votos, o exercício de influência direta e coercitiva sobre o eleitorado e o personalismo.

Nas palavras de Bourdieu, "o volume de capital social que um agente individual possui depende da extensão da rede de relações que ele pode mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que cada um daqueles a quem ele está ligado possui exclusivamente" (Bourdieu, 2015, p. 75).

Conforme afirmado por Queiroz (1975) o coronel não precisa ser um grande proprietário de terras. Dessa forma, no Brasil, o poder decorrente da posse de outros bens, como empresas ou cargos públicos, também pode ser suficiente para garantir o controle sobre o eleitorado (Queiroz, 1975).

Outrossim, a manutenção dessas práticas no âmbito da política tradicional está intrinsecamente ligada à influência duradoura do poder local, que mantém sua importância integral na dinâmica política brasileira. A esfera do poder local desempenha um papel crucial ao viabilizar e sustentar as atividades de determinados grupos políticos em nível nacional, uma vez que requerem a mediação necessária com as comunidades locais, o cerne do processo eleitoral. Concomitantemente, as práticas de cunho patrimonialista e clientelista, historicamente arraigadas no âmbito do Estado e da sociedade, continuam a fortalecer grupos políticos locais, particularmente em regiões e municípios economicamente desfavorecidos, nos quais o Estado figura como o principal gerador de recursos municipais e a principal fonte de oportunidades de emprego. Nesse contexto da política contemporânea, os rituais eleitorais permanecem condicionados pela

influência econômica e midiática do candidato, em confluência com as práticas tradicionais de atuação política, além de sua vinculação com clãs políticos de longa data na política local ou alianças estabelecidas com os mesmos.

No geral, ao longo do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira, o poder local desempenhou e ainda desempenha um papel crucial na legitimação dos líderes estaduais e federais. Atualmente, a relação desses líderes com as lideranças locais, incluindo políticos eleitos e líderes comunitários, ainda é necessária. Eles estabelecem compromissos e alianças políticas para garantir a ascensão e a permanência no poder de determinados grupos ou partidos políticos, independentemente da artificialidade dos discursos eleitorais direcionados aos eleitores.

Ademais, se tratando do âmbito municipal ao estadual, a expansão das redes de base familiar e com a possibilidade de ampliar suas bases de apoio, um município como Itabaiana desponta como figura de destaque na representação política. É nesse cenário que surgiu e se consolidou politicamente em Itabaiana, um dos maiores colégios eleitorais de Sergipe, o agrupamento de base familiar denominado Teles de Mendonça, que alcançou desde o executivo até o legislativo.

4.1 CHICO DE MIGUEL: Constituição do grupo Teles de Mendonça

Em concordância com Queiroz (1975), a liderança coronelista é econômica, mas também exige uma liderança de parentelas, que demanda qualidades carismáticas do líder, para que ocorra a obediência dos demais componentes das camadas dos arranjos coronelísticos.

Neste contexto, em *Coronelismo e Dominação* (2019), José Ibarê Costa Dantas trata das dominações de três líderes (Manoel Teles (1941-1950), Euclides P. Mendonça (1951-1963) e Chico de Miguel (1964-2007)) do município de Itabaiana, Sergipe. No entanto, aqui se focará na dominação de Francisco Teles de Mendonça (Chico de Miguel), líder do clã político do qual o objeto de estudo deste texto faz parte, o agrupamento familiar denominado Teles de Mendonça. Sobre a origem e ascensão política de Chico de Miguel, Dantas traz que:

“De origem familiar vinculada à pequena propriedade rural, Francisco Teles de Mendonça (1926-2007), conhecido por Chico de Miguel, nasceu no povoado Várzea do Gama, município de Itabaiana. Na infância, trabalhou na roça, frequentou o início do curso primário, aprendeu a assinar o nome e rudimentos de aritmética. Aos 14 anos, foi para o interior de São Paulo numa viagem que

durou 38 dias. Ocupou-se no campo, ganhou algum dinheiro e, três anos depois, retornou. Montou uma bodega no seu povoado, casou-se, negociou com gado e comprou a primeira fazenda. Já bastante conhecido e com amplo relacionamento, exerceu a função de delegado em sua região. Aí, arbitrou questões do povo, acompanhou mais de perto suas brigas e seus problemas. Como homem do campo, de hábitos simples, austeros e às vezes até rudes, mas, com senso prático, franco e corajoso, foi-se impondo como cabo eleitoral do chefe Euclides P. Mendonça.” (Dantas, 2019, p. 203-204)

Segundo Dantas (2019), em 1959, Chico de Miguel se mudou para Itabaiana, assumindo gradualmente o papel de líder após o assassinato de Euclides Paes Mendonça e seu filho Antônio Oliveira Mendonça, que deixou os udenistas desprotegidos. Ele se aproximou da família do falecido líder, ganhou a confiança dos udenistas e aumentou seus esforços assistencialistas, apesar dos custos elevados. Em 1964 ele já possuía um grande número de gado, mas em 1966, segundo o próprio Chico de Miguel, “gastou tudo em assistência ao povo” (Dantas, 2019). No entanto, durante a eleição de 1966, dentro da ARENA, ele conseguiu apontar o prefeito e candidatar-se a deputado estadual, enquanto seu adversário da ARENA só conseguiu apontar o vice-prefeito e também se candidatou à Assembleia Legislativa. No final, o prefeito da ARENA venceu com o apoio de ambos os grupos, mas Chico de Miguel se classificou em sexto lugar no estado com quase o dobro de votos do seu adversário da mesma legenda, Manoel Teles, que ficou na suplência com 1.783 votos. Chico de Miguel recebeu 3.202 votos.

Em sua trajetória, Francisco Teles de Mendonça, passou por acusações de violência, adversidades, encarceramentos e retirada de mandato. Após a morte do adversário Manoel Teles, Chico de Miguel, acusado de ser mandante do crime e frente às demandas de manutenção da ordem emanadas de Brasília:

“ No dia 11.01.1969, agentes da Polícia Federal foram a Itabaiana e levaram o referido líder para o Quartel do 28º BC, em Aracaju. Uma vez cassado, o Exército entregou-o à Justiça Civil que decretou prisão preventiva. Em Itabaiana, apesar da tenaz solidariedade de alguns amigos, especialmente de seu filho adotivo, João Germano, conhecido como João da Veia, seus negócios declinaram, mas ele ainda preservou o controle político. ” (Dantas, 2019, p. 2013-2014)

Submetido a julgamento após permanecer detido por três anos, com a participação de renomados advogados criminalistas do Brasil, Chico de Miguel foi absolvido com um veredicto de 6 votos a favor e 1 contrário.

No final de setembro de 1976, durante a campanha eleitoral, informaram a Chico de Miguel que um motorista de táxi chamado Antônio Barbosa, conhecido como Pernambuco e ligado à sublegenda da ARENA II, o havia insultado. De acordo com o que

foi relatado no Jornal da Cidade, o líder político se armou, confrontou o acusado, o assassinou a tiros na praça da matriz em plena luz do dia e fugiu.

Após a eleição de 1976, na qual seu filho, Antônio Teles de Mendonça, foi eleito prefeito, Chico de Miguel se entregou às autoridades judiciais. Ele passou aproximadamente mais dois anos e meio na prisão e enfrentou um novo julgamento, dessa vez com jurados da classe média. O advogado de defesa de Chico de Miguel, José Augusto Lobão, sustentou a alegação de legítima defesa, alegando que a vítima havia atirado primeiro. No desfecho, Chico de Miguel foi absolvido por unanimidade, com um veredicto de 7 votos a favor e nenhum contrário, o que lhe proporcionou a liberdade e uma calorosa recepção em Itabaiana por parte de seus amigos e correligionários. Sobre o crime, Francisco Teles de Mendonça (chico de Miguel) disse que “a morte desse rapaz (Pernambuco) foi uma limpeza da cidade. O povo até hoje me agradece. Meus adversários dizem que sou um homem violento, que faço e aconteço, mas nunca andei armado e eles andam com capangas por aí” (Folha de S. Paulo, 20/02/1994)⁹.

Num contexto de adversidades, contradições e vitórias, Francisco Teles de Mendonça emergiu como o sucessor de Euclides Paes Mendonça:

“Demonstrou firmeza de propósito desde o momento de recomposição de forças para a eleição de 1966. Já dentro da ARENA, quando o chefe partidário Leandro Maciel insistiu para Chico de Miguel apoiar Antônio Torres Júnior para deputado estadual, o líder itabaianense resistiu, alegando que tinha outro candidato, José Sisino de Almeida. Como este desistiu, o próprio Chico de Miguel o substituiu e foi eleito. Enquanto isso, como já registramos, seu “correligionário adversário” da ARENA II, Manoel Teles, ficara na suplência com seus 1.783 votos. Nessa quadra, apoiou Vicente Machado Menezes para administrar o município e saiu vitorioso. Adquirido o controle da prefeitura, as imunidades parlamentares e o respaldo da política situacionista oficial, Chico de Miguel se tornava o novo homem forte de Itabaiana. ” (Dantas, 2019, p. 216-217)

Com a influência que constituiu, Chico de Miguel instruiu seus apoiadores a votarem no candidato do MDB e, como ele mesmo alegou, fez isso "para não perder o controle" da situação, resultando na eleição de oito vereadores da ARENA. Além disso, ele continuou a desempenhar um papel crucial na eleição de candidatos a deputado estadual de outros municípios, como Oséas Cavalcante Batista de Itabaianinha, por exemplo (Dantas, 2019). Assim, com sua forte influência:

“Em 1974, o prestigioso líder elegeu o seu filho José Teles de Mendonça deputado estadual, com 6.842 votos, com o apoio suplementar de municípios circunvizinhos, entre os quais Campo do Brito e Moita Bonita, saindo como

⁹ Disponível em: Folha de S.Paulo - Deputado passou 4 anos na prisão - 20/2/1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/2/20/brasil/25.html>

quinto colocado. Em 1978, o eleitorado reelegeu José Teles de Mendonça deputado estadual com 12.498 votos, tornando-se assim o mais votado do pleito. Para deputado federal, o chefe político de Itabaiana apoiou Antônio Carlos Valadares do município de Simão Dias, que foi eleito. ” (Dantas, 2019, p. 218)

O controle direto da administração estava centralizado nas mãos de Chico de Miguel e, a partir daí, era distribuído hierarquicamente para seus descendentes e, em um segundo nível, para os servidores que desempenhavam funções de destaque. Entre seus filhos, dois ainda eram menores e estudantes, enquanto suas três filhas ocupavam cargos de importância em Itabaiana.

Graças a suas práticas, seu prestígio resistiu ao período de autoritarismo. Ao invés de enfraquecê-lo, os processos judiciais em que ele esteve envolvido e as prisões que enfrentou apenas o projetaram como um líder determinado, o que coincidia com as expectativas dos eleitores. Chico de Miguel atribuía seu prestígio ao modo como ele conduzia sua carreira política e dizia que “o seu jeito de tratar o povo, sua sinceridade e as boas administrações feitas pelos prefeitos que indicou para a sua terra que garantiam esse prestígio. ” (Folha de S. Paulo, 20/02/1994)

Ainda, nas palavras de Dantas (2019), sobre a trajetória de Chico de Miguel:

“Como homem prático, comerciante vivaz e líder matreiro, com experiência adquirida em sua vivência de comerciante, delegado e líder político, sabia associar com sucesso suas atividades mercantis com as políticas. Sem perceber bem os limites do público e do privado, a administração do município e da gerência de seus bens integrou-se num projeto comum de assistência ao eleitorado e expansão de seu domínio. Tendo em mãos os aparelhos públicos considerados decisivos, quais sejam, a prefeitura, a exatoria e a polícia, além de grande influência sobre os serviços de saúde, estaduais e federais, canalizou os recursos desses órgãos para a assistência pessoal a quantos o procuraram. ” (Dantas, 2019, p. 219)

Francisco Teles de Mendonça concentrou seus esforços em atender o eleitorado por meio de pequenos favores (típicos do Clientelismo). Sua generosidade ao oferecer assistência contribuía significativamente para o aumento de sua popularidade. Além disso, ele providenciou caminhões e um trator para a prefeitura, que foram utilizados para benefício da própria cidade de Itabaiana, bem como para atender às demandas de seus apoiadores, líderes políticos de outros municípios e eleitores. Enquanto isso, seus empreendimentos comerciais continuavam a prosperar de maneira satisfatória. Chico de Miguel se tornara um próspero fazendeiro, proprietário de três fazendas, uma frota de caminhões que operava por todo o país, além de diversos ônibus. Paralelamente, ele formou e estabeleceu seus filhos.

Além dos aspectos mencionados, que ajudam a compreender a hegemonia de Chico de Miguel, não podemos ignorar o apoio externo, que se refletia na forma dos governadores e autoridades estaduais alinhados com o governo. No geral, ele manteve uma influência substancial sobre o eleitorado, assegurando a eleição do seu candidato para a Assembleia Legislativa em todas as eleições no período de 1966 a 2002.

Figura 6 - Eleições 1966-2022 Para Deputado Estadual (candidatos eleitos com votos de Itabaiana)

Ano	Partido	Classificação do Candidato Eleito	Votação
1966	ARENA	07 - Francisco Teles de Mendonça	3.202
1970	ARENA	04 - Antônio Carlos Valadares	5.873
1970	ARENA	08 - Oséas Cavalcante Batista	4.268
1974	ARENA	05 - José Teles de Mendonça	6.842
1978	ARENA	01 - José Teles de Mendonça	12.498
1982	PDS	03 - José Teles de Mendonça	16.854
1986	PDS	02 - Francisco Teles de Mendonça	15.284
1990	PDS	04 - Francisco Teles de Mendonça	9.250
1994	PPR	07 - Maria Vieira de Mendonça	12.396
1998	PPB	06 - Maria Vieira de Mendonça	12.364
2002	PSDB	07 - Maria Vieira de Mendonça	19.680

Fonte: Dantas, 2019, a partir de dados do TRE-SE.

José Ibarê Costa Dantas (2019), mostra que a influência política de Francisco Teles de Mendonça se estendia até as eleições para a Câmara dos Deputados. Até a década de 1980 ele negociava seu apoio com políticos de confiança como Valadares e os Garcia, que também trabalharam para sua libertação da prisão. No entanto, nos anos 1990 ele optou por não mais usar intermediários e delegou a um de seus filhos, que já tinha experiência na Assembleia Legislativa, a tarefa de representar os interesses do grupo como deputado federal. Esse filho conseguiu se eleger em três eleições consecutivas, conforme mostra o quadro a seguir:

Figura 7 - Eleições 1966-2006 Para Deputado Federal (Candidatos eleitos com votos de Itabaiana)

Ano	Partido	Candidato	Votação
1966	ARENA	João Machado Rolemberg Mendonça	12.496
1970	ARENA	Luiz Garcia	16.255
1974	ARENA	José Passos Porto (?)	18.090
1978	ARENA	Antônio Carlos Valadares	31.530
1982	PDS	José Gilton Pinto Garcia	27.550
1986	PFL	João Machado Rollemberg Mendonça (?)	21.564
1990	PDS	José Teles de Mendonça	21.544
1994	PPR	José Teles de Mendonça	33.805
1998	PPPB	José Teles de Mendonça	40.047
2002	PFL	José Carlos Machado (?)	67.722
2006	PSC	Eduardo Amorim (?)	115.456

Obs. O sinal (?) indica dúvidas sobre o grau de sua influência na votação dos nomes assinalados.

Fonte: Dantas, 2019, a partir de dados do TRE-SE

Apesar do poder de sua influência, que lhe permitia eleger representantes para o parlamento, as dinâmicas internas começaram a mudar. Entretanto, mesmo após enfrentar algumas desilusões, na velhice, o experiente líder finalmente teve a alegria de ver sua filha, Maria Vieira de Mendonça, triunfar na eleição municipal de 2004, o que lhe permitiu retomar o controle da prefeitura.

Figura 8 - Prefeitos eleitos em Itabaiana (1967-2008)

Prefeito eleito	Período
Vicente Machado Menezes	1967-1970
José Filadelfo Araujo	1971-1972
Antônio José da Cruz	1973-1976
Antônio Teles de Mendonça	1977-1982
João Germano da Trindade	1983-1988
Luciano Bispo de Lima	1989-1992
João Alves dos Santos	1993-1996
Luciano Bispo de Lima	1997-2000
Luciano Bispo de Lima	2001-2004
Maria Vieira de Mendonça	2005-2008

Fonte: José de Almeida Bispo. Itabaiana, nosso lugar. Quatro séculos depois. Aracaju: Infographics, 2013, p. 244¹⁰.

Esse retorno foi desafiador, uma vez que Luciano Bispo de Lima deixou a chefia do Executivo com problemas significativos e complexos de serem resolvidos. E, enquanto a nova prefeita trabalhava para superar esses obstáculos, os membros da família Mendonça (pai e filhos) apoiaram a candidatura de Marcelo Déda para o cargo de chefe do Executivo estadual, que foi eleito. Contudo, no ano seguinte, em 23 de dezembro de 2007, o falecimento de Chico de Miguel encerrou sua carreira, causando comoção popular em Itabaiana. Uma multidão acompanhou o cortejo até o cemitério.

Francisco Teles de Mendonça, o Chico de Miguel, recebeu um sepultamento digno de sua popularidade, sendo lembrado como um líder amplamente respeitado e elogiado por políticos de diferentes correntes ideológicas.

Uma ideia relevante levantada por Dantas (2019) é a de que em um município onde a maioria das propriedades eram pequenas fazendas familiares, criando um grande número de agricultores vulneráveis aos mercados e dependentes das elites que controlavam o governo local, desenvolveu-se um sistema de clientelismo. Isso deu prestígio aos líderes locais, que atuavam como intermediários entre os eleitores e as lideranças estaduais. O que tornava a situação em Itabaiana única era a relação da clientela com o ambiente urbano, onde havia rivalidades comerciais entre grupos concorrentes. Essa dinâmica diferia do coronelismo tradicional, pois as relações comerciais se transformavam em favores e proteção em troca de votos, e essa troca implicava uma igualdade formal entre as partes, levando a uma forma de dominação com algum grau de impessoalidade compatível com a sociedade capitalista em formação (Dantas, 2019).

Chico de Miguel não apenas conquistou o título de “coronel de Itabaiana”, como exerceu o controle da política local por oito mandatos consecutivos no Legislativo Federal, período em que sua filha, Maria Mendonça, atuou como sua assessora parlamentar e ele próprio cumpriu três mandatos como deputado estadual. Além disso, a sua reputação de sucesso como prefeito e vereador da cidade de Itabaiana ajudou a solidificar a sua influência política. Esta abordagem não só permitiu a construção de um importante capital político-social, conferindo-lhe destaque na região, mas também lhe permitiu repassar esse capital para sua filha ao se aposentar da atividade política, tornando-a herdeira de um prestigioso poder político familiar.

¹⁰ Ver: DANTAS, Ibarê. Coronelismo e Dominação. Aracaju: Criação Editora, 2019, p. 238.

Ademais, de modo geral, a aceitação natural da política de troca de favores e sua crescente visibilidade no âmbito local, é precisamente a esfera do exercício político a que se atribui uma grande parte da responsabilidade pela dificuldade que nossa democracia enfrenta. Isso ocorre porque as alianças, mesmo quando apoiadas por recursos financeiros substanciais, não podem abrir mão do controle político nesse campo de disputa por votos. Nesse contexto, a tradição familiar, o personalismo e o clientelismo, que estão diretamente ligados às bases eleitorais, desempenham um papel fundamental. O status político é mantido ao se recorrer mais amplamente a favores e influência pessoal.

Como já foi descrito, a sociedade brasileira é marcada por figuras políticas que possuem sólidas bases locais, desempenhando um papel de destaque e exercendo influência no cenário político mais amplo. Em muitos casos, essas figuras políticas carregam consigo o prestígio de suas famílias tradicionais, conhecidas nas pequenas cidades por suas contribuições à comunidade local. Embora possam migrar entre diferentes estruturas partidárias e adotar novas abordagens políticas, elas conseguem manter sua influência política no nível local e, em alguns casos, estendê-la para outras esferas de poder, como é o caso dos Teles de Mendonça de Itabaiana.

No Brasil, o caráter conservador do poder político resulta na utilização pelas elites dominantes de mecanismos de favorecimento para consolidar suas posições de domínio. Isso frequentemente envolve o abuso de recursos públicos e a criação de privilégios pessoais. Em certas esferas da sociedade, há uma aceitação implícita da prática de apropriação de recursos públicos para interesses privados. Essa apropriação é vista como necessária para suprir necessidades da população que não são adequadamente atendidas como direitos sociais, mas são amenizadas através de intervenções políticas. Há também o fator associativo, que pode levar ao voto em figuras baseado no parentesco (sobrenomes), por ações passadas de seus antecessores.

4.2 MARIA MENDONÇA: Trajetória Política

Maria Mendonça nasceu em Itabaiana, no dia 10 de março do ano 1954, e iniciou sua carreira política ainda no município de Itabaiana, onde foi eleita prefeita da cidade. Sobre a trajetória de Maria, Saulo Barbosa (2022) expõe:

“Nascida em uma família de políticos itabaianenses, seu pai é o “líder político” Francisco Teles de Mendonça, mais conhecido como Chico de Miguel, que foi também deputado estadual e vereador por Itabaiana. Seus irmãos também foram políticos: José Teles de Mendonça foi deputado federal por Sergipe e

deputado estadual; Antônio Teles de Mendonça é ex-prefeito da “princesa da Serra”. (Barbosa, 2022, p. 62)

Além de pedagoga, gestora educacional, especialista na área de gestão, e ser ex-prefeita de Itabaiana –SE (2005- 2008) – gestão na qual conquistou o selo Unicef por melhorias na educação-, Maria foi eleita seis vezes parlamentar da Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese). Ao longo de seus mandatos, trabalhou em prol do desenvolvimento do Estado de Sergipe, com foco em áreas como educação, saúde, cultura, segurança pública e geração de empregos. Além de sua atuação política, Maria Mendonça também se descreve como defensora dos direitos das mulheres e das minorias.

Figura 1 - Participação em Comissões de Maria Mendonça

Comissão Permanente	Cargo
Administração e Serviço Público	Membro
Ciência, Tecnologia e Informática	Vice-Presidente
Energia e Comunicações	Membro
Defesa do Consumidor	Membro

Fonte: Santos, 2020¹¹, com base em dados da Alese.

Maria Mendonça fala abertamente que carrega consigo o legado de seu pai. Em entrevista para a Coluna aparte (2019)¹², disse a seguinte frase: “Entrei para a vida pública a partir da saída do meu pai, que estava com a saúde debilitada. Naquele momento, ele entendeu que eu deveria ser a sua sucessora”.

Ainda na entrevista, ela falou sobre a sua relutância inicial para entrar na vida política: “Foi escolha pessoal do meu pai, embora eu tenha relutado na época (em entrar na política). Aceitei esse desafio, conduzindo as minhas ações, espelhando-me, até hoje, na história que o meu pai construiu” (Coluna aparte, 2019).

A primeira disputa eleitoral de Maria Mendonça foi para deputada estadual no ano de 1994, sendo vitoriosa: “Fui candidata encorajada pelo meu pai, em virtude da necessidade de darmos seguimento à história política que ele havia iniciado” (Coluna aparte, 2019).

O papel familiar de Maria Mendonça na política é significativo. Seu pai, Chico de Miguel, foi um político influente em Sergipe, sendo prefeito de Itabaiana por três

¹¹ Santos, 2020, p. 184.

¹² COLUNA APARTE. Nova Alese (23): Maria Mendonça - Estou na política para servir ao próximo e não para me locupletar. Disponível em: <https://jlpolitica.com.br/coluna-aparte/nova-alese-23-maria-mendonca-estou-na-politica-para-servir-ao-proximo-e-nao-para-me-locupletar>.

mandatos e Deputado Estadual por dois mandatos. A influência e experiência política de seu pai contribuíram para sua própria incursão na vida pública:

“Itabaiana e seus municípios vizinhos são o palco da vida política da família Teles de Mendonça há bastante tempo. A história dessa família na política remonta à década de 1960, quando seu pai se candidatou a deputado estadual em decorrência do assassinato de duas lideranças políticas itabaianenses ligadas à antiga UDN, em 1963. Chico de Miguel, conforme declarou em uma entrevista, “era eleitor deles” e após o crime, a UDN itabaianense “estava morta, acabada, sem ninguém querer tomar a frente”. Assim, em 1966 Francisco Teles de Mendonça elege-se deputado estadual e, no 63 decorrer das próximas décadas, estabelece-se como uma liderança extremamente influente naquela região (SANTOS, 2002, p. 268). Foi lá que o Chico de Miguel fez seu nome e transmitiu seu legado para os seus filhos.” (Barbosa, 2022, p. 62-63)

Nas redes sociais da ex-deputada¹³, há espaço para o culto à memória de seu pai. Através dessas plataformas Maria Mendonça conecta sua história como representante de Itabaiana à trajetória de trabalho de sua família em prol da cidade e da região. Seu pai é apresentado como a sua "base", seu modelo político, cuja sua atuação ela considera ser um prolongamento. Nas páginas virtuais, Maria Mendonça enfatiza que herdou não apenas o eleitorado de seu pai, mas também "o jeito de fazer política".

A ex-deputada estadual sergipana, ao ser entrevistada por pela jornalista Katia Santana, no podcast Casa de Sopapo (2023)¹⁴, falou sobre sua trajetória na política, os desafios das mulheres na política partidária, a influência do pai, Chico de Miguel, e sua carreira. Durante a entrevista, Maria afirmou que nunca deixou a desigualdade de gênero impedi-la de participar da política e destacou que nunca se sentiu inferior aos homens nos processos eleitorais:

“ É uma desigualdade enorme, não é, Katia? Nós, mulheres, sabemos do quanto é difícil participar desse processo. É muito difícil. Mas, eu acho que quem tem história conta. E conta com destemor, né? Então, eu sempre entendi que participar do processo seria, assim, muito tranquilo. E teria que buscar esse espaço que pudesse me colocar em pé de igualdade. Nunca me senti inferior ao homem. Sempre participei das campanhas com adversários, com correligionários. Porém, sempre exigi respeito, e sempre respeitei” (Casa do sopapo, 2023)

Nesse contexto, é importante citar, também, as falas de Maria Mendonça ao expor o início da sua trajetória como política. Vejamos:

“Graças a Deus, o machismo passou longe da nossa residência. Meu pai sempre valorizou muito a mulher, durante os exercícios dos mandatos. Eu nunca tive tempo para mim. Dizia sempre a ele: "Meu pai, eu quero ajudar. Eu sempre trabalhei nos bastidores. Quero continuar ajudando." Mas Zé Teles é o nome indicado. E ele disse: "Não, o nome é o seu.”” (Casa do sopapo, 2023)

¹³ Disponível em: <https://www.instagram.com/mariamendonca.se/>. Último acesso em 25/03/2024.

¹⁴ CASA DE SOPAPO. **Maria Mendonça é recebida por Katia Santana**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uANw3dNO5Q4>

Maria afirma entender que cumpriu sua missão na política. Ao falar do papel social que começou a exercer junto ao seu pai, Chico de Miguel, Maria disse:

“Isso começa a partir dos 10 ou 11 anos de idade, eu e Zé Teles, que sempre nos identificamos com a política. Então, Zé Teles ia comigo para os eventos e convites sociais porque meu pai fazia a parte mais assistencial, mais de buscar esse contato direto com as pessoas, em receber as pessoas em nossa residência e em procurar encaminhar os problemas de cada um. E aí ele designou a nós, eu e Zé Teles, essa tarefa de representá-lo nos eventos sociais. E assim fomos nos inserindo. Aos 15 anos de idade, eu já o representava em todos os eventos, em todos os espaços que pudesse e que exigisse a presença dele.” (Casa do sopapo, 2023)

Ao ser questionada sobre o pai a ter escolhido para representar a família Mendonça na política, Maria respondeu da seguinte maneira:

“E quando, de fato, meu pai me escolheu para representar o grupo, eu posso lhe assegurar que naquele momento não era isso que eu queria para minha vida, né? Eu dizia sempre a ele: "Meu pai, eu quero ajudar. Eu sempre trabalhei nos bastidores. Quero continuar ajudando." Mas Zé Teles é o nome indicado. Ele disse: "Não, o nome é o seu para estar no comando do grupo." E aí tive que aceitar. Não é porque assim, foi uma forma assim, muito incisiva de mostrar que o grupo precisava de alguém que de fato pudesse liderar e levar esse grupo adiante. E assim foi. Nós passamos de lá para cá. Isso foi em 94. Quando me candidatei a deputada estadual, fui eleita. E de lá para cá, exerci seis mandatos legislativos e um executivo, prefeita da nossa cidade.” (Casa do sopapo, 2023)

Durante a entrevista concedida ao Podcast Casa do Sopapo (2023), a jornalista apresentadora fez o seguinte questionamento a Maria Mendonça: “Claro que o fato da senhora, essa liderança política, ser a líder da família designada pelo seu pai, não foi tão simples assim, não é? Certamente... Teve Carminha, sua irmã que foi vice-prefeita da cidade, o próprio Zé Teles, os outros irmãos. Além desses irmãos que foram políticos de verdade, políticos no sentido de exercer cargos eletivos, tem aqueles também que não exercem, mas que influenciam na hora da tomada de decisão. Todos obedeciam rigorosamente a Maria, ou tinha aquelas divergências que precisavam ser paradas para poder dizer: "Pera aí, a líder sou eu, quem manda aqui nesse negócio, sou eu." Como é que é, como é que era isso aí na cabeça de vocês? ”. Maria, por sua vez, articulou:

“Tranquilo, sempre houve divergência e questionamento, não é mesmo? Mas ao término do debate, a decisão era minha, sempre foi. E assim nós pudemos caminhar durante um longo tempo, né? De 94 até então, quando eu alcancei o último mandato de deputado estadual que estive exercendo. No exercício do mandato, sempre foi assim, né? A gente dialogava. Eles colocavam as ideias deles, eu colocava a minha. A gente dialogava e, no final, consensuava. E o consenso teria que prevalecer mesmo, porque nós fomos educados, graças a Deus, para que sempre nossos pais ensinassem. Tanto a minha mãe, dona Saturnina, como o meu pai, Chico de Miguel, eles nos ensinaram sempre a entender a importância da família, né? A valorização da família. Minha mãe dizia sempre: "Família é coisa sagrada. É um por todos e todos por um." E graças a Deus, sempre foi assim.” (Casa do sopapo, 2023)

Quando questionada se sentiu dificuldades de se manter entre os homens na política, Maria respondeu:

“Nunca tive dificuldade, mesmo porque sempre houve uma convivência harmoniosa. Meus colegas sempre me respeitaram e, de igual modo, eu sempre os respeitei. Então, nunca houve problemas. Assim, poderia existir divergências de ideias, de opiniões, de pontos de vista, porém no que diz respeito à convivência, a convivência sempre foi tranquila.” (Casa do sopapo, 2023)

A pedagoga admitiu em entrevista que o fato de ser filha de um político respeitado teria facilitado sua trajetória:

“Lógico que sim. Em toda a minha vida, Chico de Miguel sempre foi uma referência. Eu me espelhei nele e fiz o que fiz, construindo a história que construí, espelhada na sua dignidade, na sua decência, no seu compromisso, na vontade de ajudar o próximo e na valorização do ser humano. Sempre me espelhei nele.” (Casa do sopapo, 2023)

Sobre equidade de gênero e dificuldades durante as campanhas, Maria Mendonça falou:

“Essa questão de gênero precisa ser muito mais trabalhada no seio da sociedade, no seio da família e da sociedade. Porque, infelizmente, é uma discriminação muito grande nesse sentido. Por exemplo, em 2018, eu tive muita dificuldade. Aí, eu busquei um contato com a presidente do PSDB, que na época era uma mulher, mas esqueci o nome dela. Era uma deputada federal. Eu fui buscar essa ajuda lá em cima e consegui. Mas, assim, a luta sempre foi muito difícil. Mas, aí, ela me ajudou e foi graças a Deus que nós obtivemos êxito na eleição. E assim, a gente sabe que, mesmo com essa cota, é muito difícil a gente conseguir e conquistar uma fatia maior. [...] Esse tipo de dificuldade financeira, ela sempre existiu e vai existir sempre, porque uma eleição requer e exige do candidato uma estrutura maior se você quer chegar lá. Mas, assim, eu sempre, durante os sete mandatos, né, eletivos, todos com êxito, e foram três mandatos de três tentativas, né? Uma de deputada, que foi para reeleição agora, e duas de prefeita, três tentativas que não logrei êxito, mas que em todas essas campanhas nós tivemos dificuldade, todas.” (Casa do sopapo, 2023)

Um texto publicado pelo site da Alese (2022)¹⁵, fornecido pela assessoria de Maria, mostra que, ao longo de sua atuação parlamentar, Maria Mendonça tem se dedicado a diversas áreas, com destaque para a defesa dos direitos das mulheres, ações de saúde, educação, meio ambiente e infraestrutura. Ela também tem sido uma voz ativa na defesa dos interesses de Sergipe, buscando soluções para os desafios enfrentados pelo Estado.

A pauta feminina foi protagonista dos mandatos de Maria Mendonça na Alese. A parlamentar é autora de dezenas de proposições, entre projetos de lei, moções, indicações

¹⁵ Disponível em: <https://al.se.leg.br/pauta-feminina-foi-protagonista-dos-mandatos-de-maria-mendonca-na-alese/>.

e requerimentos, que têm como objetivo dar visibilidade aos problemas relacionados à pauta feminina. Para Maria Mendonça, a questão da igualdade de gênero é complexa e exige uma atuação multifacetada.

Um exemplo do trabalho da deputada é a Lei 8.629/2019, de sua autoria, que instituiu a política de estímulo ao empreendedorismo feminino no Estado de Sergipe. A lei é uma ferramenta importante para promover a autonomia das mulheres e combater a violência contra elas. A lei cria mecanismos para apoiar o empreendedorismo feminino, como cursos de capacitação, linhas de crédito e espaços de coworking. Ela também promove a conscientização sobre a importância do empreendedorismo feminino para a economia e a sociedade.

Em seus mandatos na Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese), ela trabalhou para combater esse problema por meio de ações práticas e eficazes. Uma dessas ações foi a Lei 8.577/2019, de sua autoria, que instituiu a campanha Agosto Lilás em Sergipe. A campanha promove ações de conscientização e prevenção da violência contra a mulher em todo o Estado.

Outra ação importante da ex-deputada é o Projeto de Lei (PL) 30/2019, que cria o programa “Maria da Penha vai à Escola”. O programa tem como objetivo ensinar noções básicas da Lei Maria da Penha aos alunos do ensino médio da rede estadual de ensino.

Maria Mendonça também sugeriu medidas ao Governo do Estado de Sergipe para promover mais segurança às mulheres. Em uma das solicitações, ela pediu a implantação de um projeto que difundisse ações de prevenção e combate à violência doméstica. Em outra, ela sugeriu a criação do programa “SOS Mulher”, que ofereceria atendimento às mulheres que possuem medidas protetivas.

Em seu discurso de despedida, a deputada Maria Mendonça relembrou sua trajetória como representante do povo sergipano e fiscalizadora do Executivo¹⁶. Ela afirmou que deixa a Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese) com a certeza de ter cumprido seu dever: "Concluo o meu propósito de trabalhar pelo desenvolvimento de Sergipe e pela melhoria da vida da população do Estado", disse Maria (JI Política, 2022).

A deputada também destacou o caráter propositivo e fiscalizador de sua atuação na Alese:

¹⁶ Em despedida da Alese, Maria Mendonça recapitula trajetória e recebe homenagens. Disponível em: <https://www.jlpolitica.com.br/coluna-aparte/gilson-andrade-de-estancia-fecha-2022-com-financas-municipais-em-dia-e-promete-o-melhor-reveillon-de-sergipe/notas/em-despedida-da-alese-maria-mendonca-recapitula-trajetoria-e-recebe-homenagens> . Acesso em: 27 out. 2023.

"Priorizei campos estratégicos para o Estado, como educação, saúde, segurança pública, infraestrutura, agricultura, direitos das mulheres, cultura e esporte", afirmou. Maria salientou, também, que, embora esteja deixando o Parlamento, o legado político de seu pai, Chico de Miguel, não se encerra com sua saída da Casa: "O legado de Chico de Miguel não findou e nem findará. Os seus princípios já são parte fundamental da história política do nosso Estado". A deputada concluiu seu discurso agradecendo novamente a todos e afirmando que deixa a Alese com "o coração cheio de amor e gratidão por tudo que vivi". (Jl Política, 2022)

Após o discurso de despedida da deputada Maria Mendonça na Alese, diversos parlamentares prestaram homenagens à parlamentar, destacando sua dedicação ao trabalho, conduta ilibada e preocupação com o desenvolvimento de Sergipe e com a melhoria de vida da população. Nesta ocasião Luciano Pimentel exaltou a atuação, a seriedade e o compromisso de Maria na Assembleia; Kitty Lima revelou que Maria foi sua referência na Assembleia Legislativa de Sergipe; Goretti Reis destacou o caráter de determinação e de posição firme da parlamentar; Zezinho Sobral apontou Maria como inspiração para diversas mulheres sergipanas; Georgeo Passos lembrou que Maria Mendonça abriu mão de parte da vida pessoal para defender os interesses e necessidades da população sergipana; Garibalde Mendonça enfatizou a tranquila e respeitosa relação dela com todos os parlamentares; Maisa Mitidieri, Francisco Gualberto, Adailton Martins e Luciano Bispo elogiaram a atuação de Maria na Assembleia Legislativa, destacando sua ética, compromisso com a população e capacidade de articulação política (Jl Política, 2022).

A respeito de existir arrependimentos em sua trajetória política, a ex-deputada proferiu:

"Acho que de tudo, de tudo, de tudo, eu talvez eu pudesse dizer assim: Tudo que fiz, fiz com amor, fiz com respeito, fiz com muita dedicação. Então, eu não tenho sinceramente algo que pudesse dizer assim, eu não faria isso mais. Não, porque tudo que eu fiz, fiz de forma muito consciente, muito consciente. Talvez eu não fizesse o que fiz enquanto gestora Municipal, porque eu trabalhava 12 horas por dia e até mais como deputada, mais ou menos, e até mais. Eu tinha noites que eu pernoitava com a equipe, preparando projetos para ir a Brasília buscar recursos para administrar o nosso município. Então, eu não eu não dormia, eu não comia, não tinha horário para comer, eu não tinha horário para nada. Era dedicação exclusiva dia e noite. Talvez eu não fizesse mais dessa forma, eu tivesse um tempo para Maria." (Casa do sopapo, 2013)

Após três mandatos na Alese (1995-1998, 1999-2002, 2003-2004) e ser derrotada pelo seu rival Luciano Bispo¹⁷ numa tentativa de reeleição como prefeita em 2008, Maria Mendonça retornou à Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese) em 2011. Ela retomou

¹⁷ A ascensão de Luciano Bispo não se deve ao apoio familiar, mas à aliança com o partido de oposição do pai da ex-deputada, Manoel Francisco Teles. Bispo foi prefeito de Itabaiana por cinco anos, concorrendo contra Maria Mendonça em 2008 (Santos, 2020, p. 174).

seu trabalho, interrompido em 2004, e permaneceu na Alese desde então, sem interrupções nos anos de 2014 a 2018, onde tinha quase 100% de presença nas atividades¹⁸.

A sua quota de votos diminuiu em comparação com as eleições de 2014: de 35.192 para 19.102 em 2018 e 12.796 em 2022, resultando numa perda de 22.396 votos entre 2014 e 2022.

Tabela 2 – Votações nas últimas eleições de Maria Mendonça (2014-2022)

Eleição	Partido	Votação
2014	PP	35.192
2018	PSDB	19.102
2022	PDT	12.796

Fonte: TSE

Maria Mendonça e Luciano Bispo são figuras tradicionais do município de Itabaiana e enfrentaram Talysson de Valmir em 2018, que venceu eleições em todo o Agreste Central, resultando em declínio na posição eleitoral de Maria Mendonça (Santos, 2020).

Ademais, é importante destacar que Maria Mendonça evoca quase sempre o nome de seu pai em suas campanhas eleitorais. Isso possibilita, portanto, a continuidade de sua trajetória política (Santos, 2020). Na propaganda eleitoral televisiva da campanha de 2018, a deputada destacou, mais uma vez, sua base familiar, seu maior recurso:

Sergipanos, sou Maria Mendonça e mais uma vez estou na disputa por uma vaga na assembleia legislativa. Desde cedo aprendi com meu pai, Chico de Miguel, a importância do compromisso e do trabalho sério. Sempre pautei a minha vida fazendo por Sergipe e por você. Para renovar o meu mandato, preciso do seu voto. 45 555. Governador Eduardo, 45.¹⁹

¹⁸ Lima, J. (n.d.). NOVA ALESE 23 - Maria Mendonça: “Estou na política para servir ao próximo e não para me locupletar.” Com.br. Retrieved April 15, 2024. ¹⁸ Disponível em: <https://jlpolitica.com.br/coluna-aparte/nova-alese-23-maria-mendonca-estou-na-politica-para-servir-ao-proximo-e-nao-para-me-locupletar>

¹⁹ Ver: SANTOS, Pâmella Synthia Santana. Em nome das redes: família, amizades políticas e alianças em Sergipe // Pâmella Synthia Santana Santos. São Cristóvão, 2020. 234f Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2020.

Na campanha eleitoral de 2022, Maria tentou reeleição como Deputada Estadual e tentou eleger sua sobrinha, Priscila Mendonça²⁰ como Deputada Federal. Em uma das suas propagandas²¹, aparecem juntas, na tentativa de eleição e reeleição:

“- Eu sou Priscila Mendonça, jovem advogada e, com responsabilidade, desejo ser sua representante na Câmara Federal.
- Eu sou Maria Mendonça, estou no sexto mandato como deputada estadual. Experiência não me falta. Quero continuar a representando você na Assembleia Legislativa. Juntas, faremos muito mais por Sergipe! ”

Tanto Maria, quanto Priscila Mendonça não tiveram êxito na última eleição. Maria utilizou seu perfil do instagram²² para agradecer os votos que ela e a sobrinha conseguiram:

“Amigos, passando para desejar boa tarde a todos e externar a nossa gratidão, especialmente, a Deus por ter nos conduzido em todo o processo, e aos 12.796 sergipanos que saíram dos seus lares para nos confiar o seu voto. De igual modo, agradecemos aos 7.171 que votaram em Priscilla Mendonça, que participou pela primeira vez de uma eleição, concorrendo a uma cadeira de deputada federal.

Não obtivemos êxito neste pleito, mas encerramos a disputa de cabeça erguida, certas de que agimos com lisura e fizemos uma campanha limpa e muito propositiva. O povo é soberano! Na Assembleia Legislativa de Sergipe continuarei até o dia 31 de janeiro próximo, quando encerraremos o nosso atual mandato. Até lá, como sempre fiz ao longo da minha carreira, continuarei honrando cada um de vocês, trabalhando para que todos tenham mais qualidade de vida e direitos garantidos. Forte abraço e que o Pai Celeste continue nos guiando. ”

Sobre a derrota na sua última disputa, nas palavras de Maria em entrevista:

“[...] Mas assim, com tranquilidade, muita serenidade, eu posso lhe assegurar que a política me garantiu um amadurecimento muito grande, como cidadã, como o participante da política, como ser humano. Eu aprendi muito com a política e acho que o resultado da eleição foi à vontade expressa da população, e eu respeito. E fui para casa com muita tranquilidade, com muita serenidade. E assim, se você me perguntar: “mas você não ficou triste porque não ganhou?” Não, porque entendo que cumpri minha missão. Eu estava na política, estou na política em missão e acho que a cumri minha missão. Portanto, eu não tenho que ficar triste, eu tenho que considerar e valorizar os sete mandatos eletivos que pude exercer, graças à vontade expressa da população. E esses sete mandatos, exerci com muita dignidade, com muita tranquilidade e com muito respeito à cidadania sergipana. Estou na política por missão. ” (Casa do sopapo, 2023)

Em março de 2024, a ex-prefeita de Itabaiana, Maria Mendonça (PDT) anunciou que seu grupo político, sob sua liderança, não participará ativamente das eleições deste ano²³, por causa do esgotamento do capital político da família e para evitar um acordo

²⁰ Priscila é neta de Chico de Miguel, filha de Carminha Mendonça, ex vice-prefeita de Itabaiana e sobrinha de Maria Mendonça.

²¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mffRN7iGca4>

²² Ver: @mariamendonca.se

²³ Disponível em: <https://www.sergipense.com.br/saida-de-maria-mendonca-da-eleicao-municipal-de-itabaiana-alimenta-a-polarizacao>

constrangedor com seu rival de longa data, Luciano Bispo (PSD). O anúncio foi feito na Rádio Capital do Agreste, de sua família. Desde que se separou de Valmir de Francisquinho (PL), Maria Mendonça tem enfrentado desafios para disputar com Valmir e Luciano o poder em Itabaiana. Sua primeira prova foi em 2018, quando disputou o mandato de deputado estadual contra Luciano e Talysson Costa (PL), filho de Valmir.

Nessa senda, conforme o que já foi visto, fica claro que a ex-prefeita da “Capital Nacional dos Caminhoneiros” possui uma carreira política-profissional consolidada, teve espaço na política e construiu seu legado nos espaços de poder que conquistou, mas Maria não conseguiu ampliar seu domínio político, considerando a complexidade dos grupos em seu município de origem, não resulta em expansão, e seus apadrinhados não conseguiram dar continuidade dentro do seio familiar (Santos, 2020).

Embora sua entrada no mundo político tenha sido facilitada por fazer parte de um clã político, suas habilidades políticas são inegáveis, conquistando cargos eletivos, desempenhando um papel relevante no cenário político de Sergipe e sendo reconhecida. No entanto, é notório que o fato de Maria Mendonça ser uma mulher branca, experiente, com instrução²⁴ e um sobrenome no seio da política, não se pode ser deixado de lado, pois esses fatores contribuem, sim, para esta não ter sofrido discriminação nesses espaços que ocupou. O fato de seu pai, Chico de Miguel, ter a escolhido ao invés de seus irmãos também é algo significativo e mostra como a participação da mulher na política pode ter diferentes nuances.

Neste ponto, convém citar que, no ponto de vista de Moore (2000), os sujeitos são categorizados hierarquicamente por características discursivas, refletindo as intersecções de gênero, raça, classe e orientação sexual na elaboração desses discursos. Com base nessas categorias, os indivíduos adotam diferentes posições de sujeito, o que evidencia a natureza múltipla e contraditória dos discursos feministas. Gênero e política estão interligados numa dinâmica, onde alguns comportamentos são favorecidos e recompensados, enquanto outros são punidos e reprimidos, conforme descrito por Moore (2000) como “investimento²⁵”- uma gratificação, recompensa ou benefício que uma determinada posição promete ao sujeito.

²⁴ Tempo, O. (n.d.). Maria Mendonça, candidata a Deputado Estadual por SE. Eleições 2022. Com.br. Retrieved April 15, 2024. ²⁴ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/eleicoes/2022/candidatos/deputado-estadual/se/maria-mendonca-12222>

²⁵ “É importante reconhecer que o investimento é uma questão não apenas de satisfação emocional, mas de benefícios materiais, sociais e econômicos muito reais que são a retribuição do homem respeitável, da boa esposa, da mãe poderosa ou da filha bem comportada em muitas situações sociais. É por essa razão

É crucial destacar que as bases materiais e econômicas que influenciam a caracterização do investimento não são os únicos fatores que recompensam os indivíduos; o prazer de ocupar certas posições e trabalhar em certos ambientes também desempenha um papel importante. Ao conduzir uma análise meramente material, corre-se o risco de reforçar uma lógica dicotômica e excludente, pois, independentemente do discurso ou da performance dominante na sociedade, todos os indivíduos optariam logicamente por ela. É importa lembrar que, seguindo essa lógica, tal investimento e retribuição só fazem sentido na medida em que exista uma pluralidade de discursos e desempenhos²⁶, por isso, se faz necessário investigar trajetórias individuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho de conclusão de curso, foi possível enumerar uma série de discussões sobre a participação feminina na política, sobre as diferentes nuances dessa participação e sobre o papel que a família pode ter nesse processo.

No decorrer do texto, para analisar os materiais coletados, utilizou-se como base teórica o conceito de capital social proposto por Bourdieu (2015). Esse conceito foi empregado para mostrar como o capital social é uma ferramenta importante para fortalecer estratégias na política, consolidar diferentes trajetórias e possibilitar diferentes tipos de articulações.

No primeiro capítulo, foi possível visualizar com mais clareza, através da revisão da bibliografia, que a presença feminina nos cargos eletivos é desproporcional em relação à população. As mulheres são sub-representadas em todas as esferas do poder político, desde os cargos legislativos até as posições executivas. Isso se deve a uma série de fatores complexos, incluindo estereótipos de gênero, falta de apoio partidário e desigualdade econômica e social.

Outro desafio é a falta de apoio dos partidos políticos. As legendas muitas vezes não investem recursos suficientes em candidaturas femininas, preferindo priorizar candidatos masculinos que são considerados mais "eleitoralmente viáveis". Além disso, a cultura interna dos partidos muitas vezes é dominada por homens, tornando difícil para

que modos de subjetividade e questões de identidade estão ligadas a questões de poder, e aos benefícios materiais que podem ser consequência do exercício desse poder (Moore, 2000, p. 37). ”

²⁶ Moore, 2000, p. 37.

as mulheres alcançarem posições de liderança e influência. Entretanto, pôde-se observar, também, que a herança político-social vinda da inserção em famílias políticas aparece como um mecanismo facilitador da entrada da mulher no seio da política.

No segundo capítulo, foi tratada a questão da relação entre família e política. Através de uma análise sócio-histórica relativa ao tema proposto, tentou-se entender as dinâmicas sociais, relações de poder, valores culturais, identidades coletivas e instituições sociais. Dessa forma, ficou claro que as mulheres que alcançaram posições de destaque muitas vezes estavam ligadas a famílias políticas influentes, inseridas em redes de base familiar, o que facilitava sua entrada na política e ampliava o poderio dessas famílias.

A entrada feminina na política pode ser entendida analisando suas posições dentro das parentelas, inicialmente nos bastidores (como assessoras, por exemplo), como primeiras-damas, e para ampliar as redes, com os casamentos intergrupais e ocupação de cargos.

Notou-se que, desde o período colonial até os dias atuais, a família continua a desempenhar um papel central na sociedade brasileira, tanto entre grupos privilegiados como desfavorecidos. Diversas abordagens relativas ao tema família, incluindo aquelas que se centram na relação entre a família e o Estado oferecem uma perspectiva pluralista que não necessariamente se excluem. Estudos tanto dos processos individuais quanto dos processos familiares podem fornecer informações fundamentais sobre esse importante tema para a compreensão da sociedade brasileira, proporcionando muitas oportunidades para dissecar a intimidade familiar e sua influência na sociedade e suas vertentes.

No terceiro capítulo deste trabalho foram apresentados dados e considerações sobre a participação feminina na política, eleições e relações familiares. Constatou-se que, apesar de alguns avanços, a participação feminina na política brasileira e sergipana permanece amplamente subordinada aos interesses das parentelas e das elites políticas, o que não quer dizer que estas são incapazes de promover mudanças sociais ou se fazerem importantes no meio. Portanto, mais uma vez, fica claro a importância do estudo de trajetórias individuais e grupais para entender essas participações.

A quarta parte desse estudo trouxe as narrativas de dois líderes do grupo Teles de Mendonça de Itabaiana, Chico de Miguel e Maria Mendonça.

Chico de Miguel foi uma figura de destaque na vida política sergipana, principalmente na cidade de Itabaiana. Ele foi um líder político influente que desempenhou um papel importante na política local ao longo de décadas. Com uma nova roupagem do coronelismo, Chico de Miguel é considerado figura importante pelos

itabaianenses e é lembrado até hoje como um dos maiores líderes políticos da história da cidade. A sua influência e legado político ainda são sentidos na região, mesmo após a sua morte, apesar do aparente enfraquecimento político de seu grupo.

No caso de Maria Mendonça, vemos um exemplo de um ponto fora da curva, ou de como podem existir facetas diferentes na participação feminina nos espaços de poder. Ao analisar a trajetória da política sergipana, vimos que, embora sua participação na política e o acesso aos espaços de poder tenham sido facilitados pelo fato de esta pertencer a uma rede política de base familiar, Maria teve, ao mesmo tempo, que abrir mão de cuidar de sua vida pessoal muitas vezes para se dedicar a política. A ex-prefeita de Itabaiana revelou nunca ter sofrido qualquer discriminação por gênero na política, no entanto, alega ter enfrentado dificuldades financeiras durante todas as campanhas.

A despeito desses fatos, Maria Mendonça, que iniciou sua trajetória política nos bastidores, e posteriormente seguiu os passos de seu pai, conseguiu se fazer relevante no cenário político e construir uma trajetória de sucessos e reconhecimentos, mas apesar de ser a líder do grupo Mendonça, sempre faz questão de associar ao nome do pai e do clã político do qual faz parte. Esses fatos mostram que a inserção em uma rede de base familiar, em uma parentela, foi de extrema importância para sua ascensão no espaço da política, no entanto, esse fato não tira o mérito de sua habilidade política, permanência nos espaços de poder, projetos feitos e aprovados e os seus reconhecimentos em geral.

Ainda, é evidente que a participação feminina na política se dá de forma variada. Mulheres atuaram como coadjuvantes, influenciando os bastidores políticos através de suas relações familiares, participaram diretamente através de movimentos sociais, associações e como candidatas. No entanto, é importante ressaltar que essa participação muitas vezes serve para ampliar o poder das parentelas políticas e é restrita a uma minoria privilegiada.

Ademais, cabe enumerar que, a partir da análise do estado da arte, é viável realizar duas ponderações acerca da participação da mulher na política: 1) há avanços; 2) existem consideravelmente mais obstáculos do que avanços. Tornou-se evidente, também, o amplo campo de possibilidades para novas pesquisas sobre mulheres na política, especialmente considerando a realidade das mulheres na política brasileira.

Dessa forma, se faz importante citar que, para combater a desigualdade de gênero e promover uma participação política mais igualitária, é necessário um trabalho educacional contínuo de desconstrução dos estereótipos de gênero arraigados na sociedade, bem como o fortalecimento de políticas de inclusão e empoderamento das

mulheres. Na presente monografia, foi possível evidenciar a diversidade de demandas e frentes de atuação política feminina, por isso, é fundamental, também, a criação de espaços seguros e propícios para o desenvolvimento e liderança feminina na política, bem como a ampliação do apoio partidário e de recursos para as candidatas.

Para futuras pesquisas, sugere-se a realização de estudos com mulheres candidatas e eleitas, com o objetivo de identificar os desafios e barreiras relacionados ao equilíbrio entre vida pessoal e profissional, às perspectivas de trabalho, carreira política e maternidade, sendo necessárias investigações das trajetórias pessoais dos objetos de pesquisa.

Outro fator que demanda atenção é a variável regional, uma vez que existem disparidades entre eixos metropolitanos, áreas rurais e periféricas. Diante disso, cabe a investigação de quem são as incentivadas a se tornarem representantes, a origem delas, qual é o contexto familiar do qual elas vem. Estas questões são cruciais para orientar o debate que precisa ser promovido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, D. V. S. **Motivações do voto e a sub-representação feminina na política partidária em Campina Grande.** [s.l.] Universidade Federal de Campina Grande, 2017.

ALMEIDA, M. A. F. Women mayors in Portugal: A case study in political representation and citizenship. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 68, p. 27–42, 2018.

ALMEIDA, M. A. **Mulheres na política portuguesa. Em: FERREIRA, E. (Ed.). Percursos feministas: desafiar os tempos.** Org.; Lisboa: 2015, p. 164–174.

ÁLVARES, M. L. M. **Entre eleitoras e elegíveis: as mulheres e a formação do eleitorado na democracia brasileira - quem vota? quem se candidata?** Cadernos Pagu, n. 43, p. 119–167, 2014.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia & Feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES, Clara da Mota Santos Pimenta. Gênero, espaço público e poder: uma análise sobre a composição das comissões examinadoras de concurso da magistratura. **Revista Publicum, Rio de Janeiro**, v. 1, n. 4, p. 352-370, 2017.

ARAÚJO, C. Cidadania democrática e inserção política das mulheres. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 9, p. 147–168, 2012.

ARAÚJO, C. Valores e desigualdade de gênero: mediações entre participação política e representação democrática. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 16, n. 2, p. 36, 2016.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. **Gratidão, Maria! Recapitula trajetória e recebe homenagens em despedida da Alese.** Disponível em: <https://al.se.leg.br/gratidao-maria-recapitula-trajetoria-e-recebe-homenagens-em-despedidada-alese/>. Acesso em: 24 jun. 2023.

AVELAR, Lucia. **O voto feminino no Brasil.** (Tese doutoral em Ciências Sociais). São Paulo: PUC/SP, 1985.

BARBOSA, S. V. S. Política e representação nas mídias sociais: um estudo sobre práticas eleitorais digitais. In: PETRARCA, FERNANDA RIOS; OLIVEIRA, W. J. F. (Org.); BARBOSA, S. V. S (Org.). **Poder e Política em Perspectiva**. 1. ed. Aracaju: UFS, 2022. v. 1. p. 46-77.

BATISTA, Y. D. C. **Representação feminina na Câmara dos deputados: um estudo sobre as deputadas federais da 55ª legislatura (2015-2019).** [s.l.] Universidade Federal da Paraíba, 2019.

BERTOLIN, P. T. M.; ALVES, T. T. Violência, política de gênero e fake news. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, ISSN-e 2175-6058, Vol. 24, No. 1, 2023 (Ejemplar dedicado a: **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 24, n. 1, janeiro/abril, 2023), págs. 59-80, 2023.

BEZERRA, Marcos Otávio. **“Representantes Políticos, Relações Pessoais e Reputação”**. Em *As ciências sociais e os espaços da política no Brasil*, organizado por Ernesto Seidl e Igor Gastal Grill, 1ª edição., 279–318. Rio de Janeiro, RJ: FGV Editora, 2013.

BIROLI, F. **Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática.** Niteroi, Eduff; Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

BIROLI, F. **Divisão Sexual do Trabalho e Democracia.** *Dados*, v. 59, n. 3, p. 719–754, 2016a.

BIROLI, F. Political violence against women in Brazil: expressions and definitions / Violência política contra as mulheres no Brasil: manifestações e definições. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, 2016b.

BIROLI, F. **Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. O golpe na perspectiva de gênero**, v. 1, n. 1, 2018.

BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política.** Boitempo, 2014. p. 7.

BISPO, José de Almeida. **Itabaiana, nosso lugar. Quatro séculos depois.** Aracaju: Infographics, 2013.

BITTENCOURT, M. A. **Por que alguns países elegem mais mulheres e outros menos?: uma revisão de escopo da literatura internacional sobre o efeito dos**

sistemas eleitorais na representação feminina nos parlamentos nacionais. [s.l.] UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2021.

BLAY, E. **As prefeitas.** Rio de Janeiro: Avenir Editora, 2015.

BOMFIM, Fagner dos Santos. **A construção de lideranças políticas: alianças, redes de relações e dominação em Sergipe.** São Cristóvão, 2024. Dissertação (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão-SE,

BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A (Org.). **Escritos de Educação.** 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

CAMPOS, L. F. Litígio estratégico para igualdade de gênero: O caso das verbas de campanha para mulheres candidatas. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, n. 1, p. 593–629, 2019.

CAMPOS, S. G. O. **Análise da representação feminina na política em Mato Grosso.** [s.l.] Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2013.

CASA DE SOPAPO. **Maria Mendonça é recebida por Katia Santana.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uANw3dNO5Q4> . Acesso em: 21 out. 2023.

COLUNA APARTE. **Nova Alese (23): Maria Mendonça - Estou na política para servir ao próximo e não para me locupletar.** Disponível em: <https://jlpolitica.com.br/coluna-aparte/nova-alese-23-maria-mendonca-estou-na-politica-para-servir-ao-proximo-e-nao-para-me-locupletar>.

COSTA, A. P. G. DO N. **Representação feminina nos espaços de poder: relações de gênero no parlamento paraibano.** [s.l.] Universidade Federal de Campina Grande, 2017.

DANTAS, F. A.; RUBIM, L. O. TCHAU QUERIDA: Questões de gênero na cobertura da mídia sobre o governo Dilma. **Revista Observatório**, v. 4, n. 1, p. 466, 2018.

DANTAS, Ibarê. **CORONELISMO E DOMINAÇÃO.** Aracaju: Criação Editora, 2019.

DÊIS, M.; LIMA, C. Universidade Federal Da Paraíba Centro De Ciências Humanas, Letras e Artes Programa de Pós-Graduação em História Mestrado em História. **Poder local e capital político-familiar: estratégias de poder, familismo e clientelismo da família Leite no sertão paraibano -Desterro -PB (1977-1989).**

DEP. **MARIA MENDONÇA.** Disponível em: <http://depmariamendonca.com.br/novo/sobre> . Acesso em: 24 jun. 2023.

Em despedida da Alese, Maria Mendonça recapitula trajetória e recebe homenagens. Disponível em: <https://www.jlpolitica.com.br/coluna-aparte/gilson-andrade-de-estancia-fecha-2022-com-financas-municipais-em-dia-e-promete-o-melhor-reveillon-de-sergipe/notas/em-despedida-da-alese-maria-mendonca-recapitula-trajetoria-e-recebe-homenagens> . Acesso em: 27 out. 2023.

Folha de S.Paulo - **Deputado passou 4 anos na prisão - 20/2/1994**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/2/20/brasil/25.html> . Acesso em: 21 out. 2023.

FOUCAULT, M. **população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 1).

GALVÃO, S. DE K. S. **Representação e representatividade política da mulher no legislativo da Paraíba na legislatura de 2018**. [s.l.] UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2021.

GAXIE, D. As lógicas do recrutamento político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 8, p. 165–208, 2012.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. 25ª edição. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1977.

JUNHO/, L. S. **Clãs políticos no Congresso Nacional**. Disponível em: <https://www.transparencia.org.br/downloads/publicacoes/Clas%20politicos%20no%20congresso%20nacional.pdf> . Acesso em: 25 out. 2023.

LAMARTINE, C.; HENRIQUES, C. F. Ladies in Red: uma análise das medidas legais de combate à violência política de gênero no Brasil e em Portugal. ex aequo - **Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres**, n. 44, 2021.

LANDIM, V. D. P. **Representação feminina na política e candidaturas fictícias: o caso do RESPE 193-92**. [s.l.] IDP/EAB, 2020.

LAURIS, Élide; HASHIZUME, Maurício. **Violência política e eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020**. Curitiba, Terra de Direitos e Justiça Global. 2020.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: Um Estudo de Caso de Oligarquia de Base Familiar**. Trad. André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LEWIN, Linda. **Some historical implications of kinship organization for Family based politics in the Brazilian Northeast**. In : *Comparatives studies in society and History*, v. 21, n.2, Cambridge University Press, 1979, p. 262-292.

LIMA, J. NOVA ALESE 23 - **Maria Mendonça: “Estou na política para servir ao próximo e não para me locupletar”**. Disponível em: <https://jlpolitica.com.br/coluna-aparte/nova-alese-23-maria-mendonca-estou-na-politica-para-servir-ao-proximo-e-nao-para-me-locupletar> . Acesso em: 15 abr. 2024.

LLOREN, A. **Le genre comme ressource politique au service de la citoyenneté sociale des femmes: Le cas du Parlement suisse**. *Cahiers du Genre*, p. 149–170, 2013.

LOPES, E. C. et al. **As primeiras-damas na política cearense: um estudo das décadas de 1970 à de 2010**. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., 2013, São Luís (MA). Anais eletrônicos... São Luís (MA): UFMA, 2013.

MACHADO, M. S. **A lei de cotas no Poder Legislativo : uma análise da representação feminina na política partidária brasileira**. 2014.

MATLAND, Richard E.; STUCLAR, Donley T. **"The Contagion of Women Candidates in Single-Member District and Proportional Representation Electoral Systems: Canada and Norway"**. Faculty & Staff Scholarship. 1996.

MEDEIROS, E. **Você conhece nossa Câmara dos Deputados? Dinastias familiares ocupam quase metade das cadeiras**. Opera Mundi, São Paulo, 30 abr. 2016.

MEIRELES, F.; RUBIM ANDRADE, L. V. Magnitude eleitoral e representação de mulheres nos municípios brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 63, p. 79–101, 2017.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Teoria política feminista: textos centrais**. [s.l.] Vinhedo: Horizonte, 2013.

MIGUEL, L.; FELIPE, D.; MARQUES, C. **Familial Capital and Political Careers in Brazil: Gender, Party and Region of Origin on the Road to the Chamber of Deputies**. Dados, v. 58, 2015.

MIGUEL, Luís Felipe. BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOORE, Henrietta. 2000. **Fantasia de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência**. Cadernos Pagu.

NENOTÍCIAS. **Maria Mendonça perdeu. Veja votação de Itabaiana**. Disponível em: <https://www.nenoticias.com.br/maria-mendonca-perdeu-veja-votacao-de-itabaiana/>. Acesso em: 24 jun. 2023.

NOBRE, M. C. DE Q. Herança familiar na política: retrato dos limites da democracia no Brasil contemporâneo. **Revista Katálysis**, v. 20, n. 3, p. 430–438, 2017.

NOVA ALESE 23 - **Maria Mendonça: “Estou na política para servir ao próximo e não para me locupletar.”** Com.br. Retrieved April 15, 2024, from <https://jlpolitica.com.br/coluna-aparte/nova-alese-23-maria-mendonca-estou-na-politica-para-servir-ao-proximo-e-nao-para-me-locupletar>.

O TEMPO. **Maria Mendonça, candidata a Deputado Estadual por SE**. Eleições 2022. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/eleicoes/2022/candidatos/deputado-estadual/se/maria-mendonca-12222>. Acesso em: 15 abr. 2024.

OBSERVATÓRIO DAS ELEIÇÕES. **Resultados eleitorais em Sergipe: Dança das cadeiras e alianças políticas de base familiar**. Disponível em:

<https://observatoriodaseleicoes.com.br/2022/10/13/resultados-eleitorais-em-sergipe-danca-das-cadeiras-e-aliancas-politicas-de-base-familiar/> . Acesso em: 24 jun. 2023.

OBSERVATÓRIO DAS ELEIÇÕES. **Xadrez Eleitoral em Sergipe: Das peças às movimentações no tabuleiro político.** Disponível em: <https://observatoriodaseleicoes.com.br/2022/09/29/xadrez-eleitoral-em-sergipe-das-pecas-a-s-movimentacoes-no-tabuleiro-politico/> . Acesso em: 24 jun. 2023.

OLIVEIRA, A. N. C. DE. Desigualdades da Política no Brasil: representação descritiva na eleição de 2014 para a Câmara dos Deputados. **Mediações Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, p. 235, 2015a.

OLIVEIRA, K. P. **A trajetória da mulher na política brasileira: as conquistas e a persistência de barreiras.** 2013.

OLIVEIRA, R. A. **Cultura política e gênero na América Latina : estudo sobre as dimensões subjetivas da sub-representação feminina.** [s.l.] Universidade Estadual de Maringá, 2015b.

OLIVEIRA, R. A. **Os condicionantes da representação feminina nos parlamentos: o caso da América Latina.** [s.l.] Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.

Painéis DataSenado. (n.d.). Leg.Br. Retrieved April 12, 2024, from https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/paineis_dados/##/dados;pergunta=Quantos%20filhos%20voc%C3%AA%20tem%3F

PAIVA, N.; SAKAI, J. **Quem são os conselheiros dos Tribunais de Contas.** Transparência Brasil, São Paulo, abr. 2014.

PALMEIRA, MG; GOLDMAN, M. (orgs.) **Antropologia, voto e representação política.** Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa, 1996.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **O coronelismo numa interpretação sociológica.** In: Boris Fausto (org.) História Geral da Civilização Brasileira, v. 3, Brasil Republicano. São Paulo: Difel, 1975, p. 157.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.** São Paulo, Editora Alfa-Omega, p. 1976.

PEREIRA, A. S.; SOUZA, C. A. S.; OLIVEIRA, C. L. P. **Eleições municipais 2012 e 2016 e a sub-representação feminina: A influência de fatores político-institucionais.** 2021.

PETRARCA, FERNANDA RIOS. De Coronéis a Bacharéis: reestruturação das elites e medicina em Sergipe (1840-1900). **REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA (ONLINE)**, p. 89-112, 2017.

PETRARCA, FERNANDA RIOS. **Entre jalecos, bisturis e a arte de fazer política.** História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 26, p. 573-591, 2019.

PETRARCA, Fernanda Rios; OLIVEIRA, W. J. F. (Org.); BARBOSA, S. V. S (Org.). **Poder e Política em Perspectiva**. 1. ed. Aracaju: UFS, 2022. v. 1. 238p.

PETRARCA, FERNANDA RIOS; OLIVEIRA, W. J. F.. O poder das famílias na política: das oligarquias às redes de base familiar. **ESTUDOS HISTÓRICOS**, v. 37, p. 1-23, 2024.

PETRARCA, FERNANDA RIOS; OLIVEIRA, W. J. F. . O poder das famílias na política: : das oligarquias às redes de base familiar. **ESTUDOS HISTÓRICOS**, v. 37, p. 1-23, 2024.

PETRARCA, Fernanda Rios; OLIVEIRA, W. J. F. **Dinâmicas de Poder e Práticas Políticas**. 1. ed. Aracaju: Criação Editora, 2021. v. 1. 280p.

PETRARCA, Fernanda Rios; OLIVEIRA, W. J. F. Parentelas, grupos dirigentes e alianças políticas. **Revista Política e Sociedade**, v. 16, p. 191-224, 2017.

PINHO, T. R. DE. **Debaixo do Tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados**. Estudos feministas, v. 28, n. 2, 2020.

PINTO, C. R. J. **Elas não ficaram em casa. As primeiras mulheres deputadas na década de 1950 no Brasil**. Varia História, v. 33, n. 62, p. 459–490, 2017.

PINTO, C. R. J.; SILVEIRA, A. **Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014)**. Opinião Pública, v. 24, n. 1, p. 178–208, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento**. 2. ed. Tradução Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 2018.

Reportagem Especial. Disponível em: <https://jlpolitica.com.br/reportagem-especial/mulheres-no-poder-sergipe-amplia-participacao-feminina-na-politica> . Acesso em: 12 abr. 2024.

RESENDE, C. R.; EPITÁCIO, S. Mulheres à Esquerda E à Direita: Carreiras Políticas E Partidos Políticos. **Revista Mediações**, v. 22, n. 1, 2017.

REVES - Revista Relações Sociais, v. 1, n. 1, p. 0025–0036, 2018.

ROEHE, H. R.; CAMPOS, C. H. **VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: a experiência do Brasil e da Bolívia**. 2022.

RUBIM, L.; ARGOLO, F. **O Golpe na perspectiva de Gênero**. 2018.

SAKAI, J.; PAIVA, N. **Quem são os conselheiros dos Tribunais de Contas?**. Transparência Brasil, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.transparencia.org.br/downloads/publicacoes/TBrasil%20-%20Tribunais%20de%20Contas%202016.pdf> .

SANTANO, A. et al. A presença das mulheres nos estatutos partidários de ontem, de hoje e de amanhã: um levantamento de dados”. **Revista Ballot**, n. 2, p. 103–122, 2015.

SANTOS, Pâmella Synthia Santana. **Em nome das redes: família, amizades políticas e alianças em Sergipe** // Pâmella Synthia Santana Santos. São Cristóvão, 2020. 234f Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2020.

SANTOS, R. A.; PAIVA, N. **A presença das mulheres no parlamento brasileiro**. Transparência Brasil, São Paulo, jun. 2014. Disponível em: <http://monitoramentocedaw.com.br/wp-content/uploads/2013/08/Mulheres-parlamento.pdf>.

SCHABBACH, L. M. **A reprodução simbólica das desigualdades entre mulheres e homens no Brasil**. Opinião Pública, v. 26, n. 2, p. 323–350, 2020.

SCHOENSTER, L. **Clãs políticos seguem dominando Congresso na próxima legislatura**. Disponível em: <https://www.transparencia.org.br/downloads/publicacoes/Cl%C3%AAs%20pol%C3%Aaticos%20seguem%20dominando%20Congresso%20na%20pr%C3%B3xima%20legislatura.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

SCHULZ, R.; MORITZ, M. L. Mulheres vitoriosas na política: estudo comparativo entre as candidaturas ao cargo de deputado estadual no RS em 2010. **Sociologias**, v. 17, n. 39, p. 370–402, 2015.

Seminário aborda indicadores, participação e violência política contra mulheres nas eleições de 2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/seminario-aborda-os-indicadores-a-participacao-e-a-violencia-politica-contra-as-mulheres-nas-eleicoes-gerais-de-2022>. Acesso em: 15 abr. 2024.

SILVA, D. M. L. **Poder local e capital político-familiar: estratégias de poder, familismo e clientelismo da família leite no sertão paraibano – desterro - pb (1977-1989)**. [s.l.] UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2020.

SOUSA, S. A. **Você conhece nossa Câmara dos Deputados? Dinastias familiares ocupam quase metade das cadeiras**. Opera Mundi, 30 abr. 2016. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/samuel/voce-conhece-nossa-camara-dos-deputados-dinastias-familiares-ocupam-quase-metade-das-cadeiras/>. Acesso em: 16 abr. 2024

SOUTO, L. M.; SAMPAIO, J. A. L. **Mulher e voz: os desafios à efetividade dos direitos políticos femininos**. Seqüência estudos jurídicos e políticos, v. 42, n. 88, p. 1–28, 2021.

SOUTO, M. M.; SOUTO, L. M. **(Des)velando O Feminismo Decolonial: reflexões sobre a violência política de gênero na América Latina**. Revista Da Faculdade De Direito Da Universidade Federal De Uberlândia, v. 49, p. 218–237, 2022.

SOUZA, F. T. **Representação feminina no poder legislativo: cotas eleitorais de gênero e o papel do partido político**. [s.l.] USP, 2020.

SOUZA, M. R. **Mulheres na política: histórias de protagonismo feminino na Amazônia e a luta contra o preconceito de gênero nas instâncias de poder político**. 2018.

SPECK, B. W. **O efeito contagiante do sucesso feminino: A eleição de prefeitas e o impacto sobre as candidaturas nos próximos pleitos.** *Latin American research review*, v. 53, n. 1, p. 57–75, 2018.

SPOHR, A. P. et al. **Participação Política de Mulheres na América Latina: o impacto de cotas e de lista fechada.** *Estudos feministas*, v. 24, n. 2, p. 417–441, 2016.

TEIXEIRA, M. B. M.; MOTA SANTOS, C. M. **Mulheres na Política: Desafios e Perspectivas.** *Revista de Administração IMED*, v. 10, n. 2, p. 178, 2020.

Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe. (n.d.). Justiça Eleitoral. Retrieved April 12, 2024, from <https://www.tre-se.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Marco/pesquisa-sobre-participacao-feminina-no-tre-se> . Lima, J. (n.d.).

TRONTO, J. C. **Caring democracy: markets, equality, and justice.** New York, New York University Press: 2013.

VERGÈS, F. **Um feminismo Decolonial.** Tradução: Jamille Pinheiro e Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

WYLIE, K.; SANTOS, P. DOS; MARCELINO, D. **Extreme non-viable candidates and quota maneuvering in Brazilian legislative elections.** *Opinião Pública*, v. 25, n. 1, p. 1–28, 2019.